

BBM LOGÍSTICA S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2026

BBM LOGÍSTICA S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2026

Conteúdo

Mensagem da Administração

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balanço patrimonial intermediários individuais e consolidados

Demonstração do resultado intermediária individual e consolidada

Demonstração do resultado abrangente intermediária individual e consolidada

Demonstração das mutações do patrimônio líquido intermediária individual e consolidada

Demonstração dos fluxos de caixa intermediária individual e consolidada – método indireto

Demonstrações dos valores adicionados intermediárias individuais e consolidadas – informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Mensagem da Administração

O primeiro semestre de 2026 representa um marco importante na consolidação da nova fase do Grupo BBM Logística. Após a implementação das iniciativas de transformação operacional conduzidas ao longo de 2025 e da conclusão da reestruturação financeira no primeiro semestre de 2026, a Companhia inicia um novo ciclo voltado ao crescimento sustentável, fortalecimento da rentabilidade e expansão de sua atuação como uma plataforma logística integrada.

A homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, ocorrida em junho de 2026, representou um marco relevante para a conclusão da reestruturação financeira da Companhia. Esse processo proporcionou maior previsibilidade dos fluxos de caixa, o reperfilamento das principais obrigações financeiras e o fortalecimento da estrutura de capital, criando condições mais favoráveis para a continuidade da evolução operacional e financeira da BBM.

Com a reestruturação financeira concluída, a Companhia passa a concentrar seus esforços na captura dos ganhos decorrentes da transformação operacional implementada ao longo dos últimos trimestres, fortalecendo sua competitividade, sua capacidade de geração de caixa e a criação de valor sustentável para clientes, colaboradores, acionistas, credores e demais stakeholders.

Pilar I – Evolução Operacional e Disciplina Financeira

Os resultados do primeiro semestre refletem a continuidade da evolução operacional construída ao longo dos últimos trimestres e demonstram a consistência das iniciativas implementadas pela Administração.

Mesmo em um ambiente ainda desafiador para determinados segmentos da economia, a Companhia manteve disciplina na gestão de custos, eficiência na alocação de capital e foco permanente na rentabilidade das operações. As medidas implementadas no âmbito da transformação operacional e da reestruturação financeira continuam produzindo efeitos positivos sobre o desempenho do negócio, refletidos na melhoria da eficiência operacional, na racionalização da estrutura de custos, na maior seletividade das operações, na otimização da utilização dos ativos e no fortalecimento da geração operacional de caixa.

O período também foi marcado pela volatilidade dos custos do diesel, um dos principais insumos da atividade de transporte. Mesmo nesse cenário, a Companhia preservou sua rentabilidade operacional por meio da disciplina comercial, da otimização da malha logística, da maior integração entre as operações e da captura contínua dos ganhos de eficiência implementados ao longo do processo de transformação.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, a Administração observa evolução da qualidade dos resultados operacionais, impulsionada pela melhoria do mix de operações, captura de sinergias entre as unidades de negócio, maior eficiência na utilização dos ativos e continuidade das iniciativas de simplificação de processos e produtividade implementadas desde 2025. Esses avanços reforçam a capacidade da Companhia de manter uma operação mais eficiente, resiliente e preparada para sustentar o crescimento de longo prazo.

A Administração permanece concentrada na preservação da disciplina financeira, na otimização do capital de giro, na melhoria contínua da eficiência operacional e na geração sustentável de caixa, buscando consolidar uma estrutura cada vez mais preparada para suportar novos ciclos de crescimento.

Pilar II – Excelência Operacional e Cultura de Melhoria Contínua

A busca permanente pela excelência operacional continua sendo um dos principais diferenciais competitivos da BBM.

Durante o semestre, a Companhia deu continuidade aos programas de melhoria contínua e inovação, fortalecendo uma cultura organizacional orientada à eficiência operacional, simplificação de processos, redução de desperdícios e aumento da produtividade.

As iniciativas desenvolvidas pelas equipes continuam contribuindo para a melhoria dos níveis de serviço, maior integração entre as operações e utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

A gestão baseada em indicadores de desempenho e o monitoramento contínuo das operações seguem sustentando elevados padrões de qualidade, permitindo respostas mais ágeis às demandas dos clientes e reforçando a competitividade da Companhia.

Pilar III – Integração, Eficiência e Plataforma Escalável

Durante o semestre, a Companhia consolidou seu posicionamento como uma plataforma logística integrada, fortalecendo a complementaridade entre suas unidades de negócios e ampliando sua capacidade de oferecer soluções completas aos clientes.

A nova arquitetura de marcas reflete essa evolução estratégica, reunindo soluções especializadas em Carga Geral, Transporte Fracionado, Logística Internacional, Intermodal, Armazenagem, Operações Dedicadas, E-commerce e Sustentabilidade. Esse posicionamento fortalece a integração das operações, amplia a captura de sinergias comerciais e operacionais e cria condições para expandir a atuação da Companhia em segmentos de maior valor agregado.

Ao longo do semestre, a Administração também deu continuidade à otimização da malha logística, racionalização dos custos corporativos, integração das operações e melhor utilização dos ativos operacionais, fortalecendo uma plataforma escalável, eficiente e preparada para suportar novos ciclos de crescimento.

Como parte das iniciativas implementadas ao longo do semestre para fortalecer sua plataforma operacional, a Companhia promoveu uma evolução em sua estrutura de liderança, reforçando a integração entre tecnologia, inovação e operações, contratação, em maio, de Cintia Gomes de Guimarães como Diretora de Tecnologia e Inovação. A nova condução da área de Tecnologia e Inovação amplia uma abordagem cada vez mais orientada à execução, à eficiência operacional e à geração de valor para os clientes, direcionando a aplicação de soluções tecnológicas para o aumento da produtividade, o aprimoramento da tomada de decisões e o fortalecimento da competitividade da plataforma logística integrada.

Pilar IV – Crescimento Sustentável e Agenda ESG

A agenda ESG permanece integrada à estratégia corporativa da Companhia e representa um importante vetor para a geração de valor no longo prazo.

Durante o semestre, a BBM avançou em seu projeto de descarbonização das operações, ampliando os testes com veículos comerciais elétricos em operações urbanas e fortalecendo parcerias voltadas ao desenvolvimento de soluções logísticas de baixa emissão de carbono. Essas iniciativas reforçam o compromisso da Companhia com a inovação, a eficiência energética e a redução das emissões de gases de efeito estufa, alinhando competitividade e sustentabilidade.

Adicionalmente, a Companhia passou a integrar o grupo de empresas signatárias do Climate Pledge, iniciativa global criada pela Amazon em parceria com a Global Optimism voltada à aceleração da descarbonização e à redução das emissões de carbono até 2040. O ingresso nesse compromisso ocorreu por meio de convite, refletindo o reconhecimento das iniciativas já desenvolvidas pela BBM em sua agenda de sustentabilidade e reforçando seu posicionamento entre organizações comprometidas com a transformação do setor logístico.

A Companhia também segue investindo em tecnologia, inteligência operacional e transformação digital, ampliando a utilização de ferramentas voltadas ao planejamento logístico, monitoramento das operações, otimização de rotas e apoio à tomada de decisões baseada em dados. Esses investimentos contribuem para o aumento da produtividade, melhoria da experiência dos clientes e fortalecimento da competitividade da BBM.

Pilar V – Marca, Mercado e Relacionamento com Clientes

O segundo trimestre também marcou a consolidação do novo posicionamento institucional da Companhia, refletindo sua evolução para uma plataforma logística integrada preparada para um novo ciclo de crescimento.

A nova identidade de marca traduz a transformação vivenciada pela BBM nos últimos anos e reforça atributos como integração, inovação, excelência operacional e sustentabilidade. Mais do que uma evolução da identidade visual, o rebranding representa uma nova forma de apresentar ao mercado um portfólio completo de soluções logísticas, capaz de atender de forma integrada diferentes segmentos e cadeias produtivas.

Como parte desse processo de transformação, a Companhia também fortaleceu sua estrutura comercial, alinhando sua atuação ao novo posicionamento estratégico e à organização de suas unidades de negócio. Essa evolução reforça a proximidade com os clientes, amplia a capacidade de desenvolvimento de novas oportunidades comerciais e contribui para a entrega de soluções logísticas cada vez mais integradas e orientadas às necessidades do mercado. Esse movimento está sendo reforçado com a chegada de Max Silva, novo Diretor Comercial da empresa.

A Administração acredita que esse reposicionamento fortalece o relacionamento com clientes, colaboradores, parceiros, investidores e demais stakeholders, amplia a percepção de valor da Companhia e cria bases sólidas para sustentar sua estratégia de crescimento nos próximos anos.

Considerações Finais

O primeiro semestre de 2026 representa um marco importante na trajetória da Companhia. A conclusão da reestruturação financeira encerra uma etapa relevante do processo de fortalecimento da Companhia e marca o início de um novo ciclo voltado ao crescimento sustentável, fortalecimento da rentabilidade e geração de valor.

Em comparação ao mesmo período do exercício anterior, a Administração observa uma evolução consistente da qualidade dos resultados operacionais, refletindo os ganhos obtidos com a disciplina financeira, a melhoria da eficiência operacional, a integração das operações e a continuidade da transformação do negócio. Esse conjunto de iniciativas reforça a convicção da Administração de que a estratégia adotada está contribuindo para o fortalecimento da competitividade da BBM e para a construção de uma empresa cada vez mais eficiente, integrada e preparada para crescer de forma sustentável.

Com uma estrutura financeira mais equilibrada, uma plataforma logística integrada, investimentos contínuos em inovação, tecnologia e sustentabilidade, além de uma cultura organizacional voltada à excelência operacional, a Administração acredita que a Companhia está preparada para ampliar sua participação de mercado, fortalecer seus relacionamentos com clientes e parceiros e capturar novas oportunidades de crescimento.

Seguimos comprometidos com a criação de valor sustentável para clientes, colaboradores, acionistas, credores e demais stakeholders, fortalecendo a posição da BBM como uma das principais plataformas logísticas integradas do Brasil e do Mercosul.

A Administração

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (ITR)

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BBM Logística S.A.
São José dos Pinhais - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da BBM Logística S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que informam que essas informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, o qual considera, entre outros aspectos, o sucesso da implementação do Plano de Recuperação Extrajudicial homologado em 27 de maio de 2026 e publicado em 15 de junho de 2026, incluindo: (i) o cumprimento de certas obrigações e compromissos estabelecidos no Plano e nos demais documentos da reestruturação financeira, tais como o cumprimento de determinados indicadores e covenants financeiros, manutenção de regularidade fiscal e trabalhista, entre outros; (ii) a continuidade das medidas de reestruturação operacional e financeira implementadas pela Administração; (iii) a geração de caixa operacional; e (iv) a expectativa de conclusão da transação tributária junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Conforme divulgado nas referidas informações contábeis intermediárias, em 30 de junho de 2026 a Companhia apresentava prejuízos acumulados de R\$ 638.010 mil, passivo a descoberto de R\$ 542.708 mil e passivo circulante excedendo o ativo circulante em R\$ 498.951 mil e R\$ 533.026 mil, respectivamente, no individual e consolidado. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes do trimestre findo em 30 de junho de 2025

Os valores correspondentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente submetidos a procedimentos de revisão, sobre os quais emitimos, em 10 de dezembro de 2025, relatório contendo abstenção de conclusão. À época, a abstenção de conclusão decorreu, principalmente, da limitação relacionada ao Plano de Recuperação Extrajudicial não homologado pelo juízo, impossibilitando a conclusão quanto à adequação do pressuposto de continuidade operacional utilizado na elaboração das informações contábeis intermediárias. Adicionalmente, em função do Plano não homologado, a Companhia ainda não havia reavaliado a recuperabilidade de determinados ativos não financeiros, em especial os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ágio e imobilizado, conforme requerido pela NBC TG 01 (R1) / IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia efetuou ajustes e reclassificações nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 30 de junho de 2025 como resultado da regularização das limitações acima em virtude da homologação, em 27 de maio de 2026, e publicação, em 15 de junho de 2026, do Plano de Recuperação Extrajudicial, conforme Nota Explicativa nº3, que permitiu concluirmos sobre a avaliação de continuidade operacional e sobre a avaliação das estimativas de recuperabilidade dos ativos não financeiros da Companhia.

Como parte de nossa revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026, revisamos os ajustes e as reclassificações descritos na referida Nota Explicativa nº 1.1, efetuados para alterar as informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2025. Em nossa avaliação, tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram adequadamente efetuados. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Nossa revisão da DVA também contemplou os ajustes de reapresentação que afetaram os valores comparativos da DVA conforme descritos na Nota Explicativa nº 1.1. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 06 de agosto de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/F-9



Darío Vieira de Lima
Contador CRC 1 SP 238754/O-6 – S – PR

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025			30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.556	3.048	9.536	38.117	Fornecedores	17	47.312	105.323	119.780	212.082
Outros ativos financeiros	8	-	-	449	449	Empréstimos e financiamentos	18	42.429	260.098	96.584	285.587
Contas a receber de clientes	9	142.887	103.905	220.073	177.386	Debêntures	19	-	256.620	-	256.620
Estoques	10	3.688	3.279	5.473	4.334	Arrendamentos	20	35.233	35.219	61.282	57.342
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recuperar	30	-	-	13.107	12.810	Obrigações sociais	21	23.303	15.329	57.738	44.852
Impostos a recuperar	11	9.970	4.211	21.659	15.494	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar	30	1.489	1.443	3.280	2.989
Consórcios		1.117	944	3.710	2.895	Obrigações fiscais	22	154.226	164.106	397.461	364.862
Outros créditos	12	14.986	10.623	39.818	29.948	Parcelamento de tributos	23	23.602	19.243	72.827	68.110
		174.204	126.010	313.825	281.433	Consórcios		354	393	354	393
						Contas a pagar por aquisição de controladas	24	-	46.552	-	46.552
						Mútuo com partes relacionadas	35	316.995	268.838	-	-
						Outras contas a pagar	25	28.212	29.763	37.545	46.536
								673.155	1.202.927	846.851	1.385.925
Não circulante						Não circulante					
Outros ativos financeiros	8	6.801	6.877	6.801	6.877	Fornecedores	17	35.886	-	59.815	-
Depósitos em garantia	26	6.321	4.074	9.021	6.072	Empréstimos e financiamentos	18	139.023	-	141.135	-
Impostos diferidos	30	141.381	220.978	223.787	307.881	Debêntures	19	133.305	-	133.305	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recuperar	30	1.722	1.722	1.977	1.977	Arrendamentos	20	5.593	6.968	19.915	24.842
Impostos a recuperar	11	4.656	4.303	4.656	4.303	Obrigações sociais	21	355	355	355	355
Outros créditos	12	4.976	5.690	6.120	6.950	Parcelamentos de tributos	23	79.004	66.062	176.482	160.574
Direito de uso de ativos	13	13.296	20.311	47.329	54.522	Contas a pagar por aquisição de controladas	24	32.974	-	32.974	-
Investimentos	14	120.466	152.696	-	-	Provisões para processos judiciais	26	39.091	39.799	63.383	63.095
Imobilizado	15	88.301	93.159	128.952	129.847	Outras contas a pagar	25	-	722	-	722
Intangível	16	33.554	35.090	189.039	189.728			465.231	113.906	627.364	249.588
		421.474	544.900	617.682	708.157			1.138.386	1.316.833	1.474.215	1.635.513
						Total do passivo					
						Patrimônio líquido					
						Capital social (líquido dos custos de transação)	27	95.302	95.302	95.302	95.302
						Prejuízos acumulados		(638.010)	(741.225)	(638.010)	(741.225)
						Total do patrimônio líquido		(542.708)	(645.923)	(542.708)	(645.923)
Total do ativo		595.678	670.910	931.507	989.590	Total do passivo e patrimônio líquido		595.678	670.910	931.507	989.590

BBM Logística S.A.
Demonstração do resultado Intermediárias Individual e Consolidadas
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
			(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)
Receita líquida de vendas	31	217.882	306.680	116.211	157.205	630.091	652.095	333.825	336.604
Custo dos serviços prestados	32a	(206.526)	(293.678)	(109.139)	(148.302)	(591.591)	(623.271)	(313.372)	(320.704)
Lucro bruto		11.356	13.002	7.072	8.903	38.500	28.824	20.453	15.900
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas administrativas	32b	(19.136)	(23.441)	(10.464)	(13.844)	(37.425)	(38.069)	(19.725)	(20.560)
Despesas de vendas	32b	(1.995)	(3.286)	(1.008)	(1.340)	(23.846)	(20.077)	(13.712)	(11.047)
(Perda) ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(968)	(69)	(269)	53	(801)	(676)	(464)	(222)
Outras receitas operacionais, líquidas	33	9.758	14.134	4.458	9.083	25.646	24.360	15.245	13.547
(Prejuízo) lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(985)	340	(211)	2.855	2.074	(5.638)	1.797	(2.382)
Resultado de participações societárias									
Equivalência patrimonial	14	(32.230)	(56.019)	(13.137)	(27.095)	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	34	216.027	(77.574)	252.175	(42.379)	185.235	(128.070)	244.905	(66.918)
Receitas financeiras (i)		287.659	3.235	287.021	589	309.428	4.376	307.957	1.274
Despesas financeiras		(71.632)	(80.809)	(34.846)	(42.968)	(124.193)	(132.446)	(63.052)	(68.192)
Lucro (prejuízo) antes do imposto		182.812	(133.253)	238.827	(66.619)	187.309	(133.708)	246.702	(69.300)
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente		-	-	-	-	-	(161)	-	(161)
Diferido		(79.597)	(5.816)	(82.835)	(3.027)	(84.094)	(5.200)	(90.710)	(185)
Lucro (prejuízo) do período		103.215	(139.069)	155.992	(69.646)	103.215	(139.069)	155.992	(69.646)
Resultado por ação									
Resultado por ação básico (em R\$)	28	2,5322	(3,4118)	3,8270	(1,7087)	2,5322	(3,4118)	3,8270	(1,7087)
Resultado por ação diluído (em R\$)		2,5322	(3,4118)	3,8270	(1,7087)	2,5322	(3,4118)	3,8270	(1,7087)

(i) As receitas financeiras incluem os efeitos da remensuração dos passivos financeiros decorrente da homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, compreendendo, substancialmente, o reconhecimento do ajuste a valor presente (AVP) sobre os passivos financeiros remensurados e a reversão dos juros e encargos financeiros anteriormente reconhecidos, em decorrência da aplicação das novas condições financeiras previstas no Plano homologado, conforme detalhado nas notas explicativas 17, 18, 19 e 24.

BBM Logística S.A.
Demonstração do resultado abrangente Intermediárias Individual e Consolidadas
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro (prejuízo) do período	103.215	(reapresentado) (139.069)	155.992	(reapresentado) (69.646)	103.215	(reapresentado) (139.069)	155.992	(reapresentado) (69.646)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	103.215	(139.069)	155.992	(69.646)	103.215	(139.069)	155.992	(69.646)

BBM Logística S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Intermediárias Individual e Consolidadas
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Custos de transação	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	102.490	(7.188)	(488.344)	(393.042)
Prejuízo do período anteriormente apresentado	-	-	(89.413)	(89.413)
Ajustes de reapresentação (Nota 1.1)	-	-	(49.656)	(49.656)
Prejuízo do período (reapresentado)	-	-	(139.069)	(139.069)
Em 30 de junho de 2025 (reapresentado)	102.490	(7.188)	(627.413)	(532.111)
Em 31 de dezembro de 2025	102.490	(7.188)	(741.225)	(645.923)
Lucro do período	-	-	103.215	103.215
Em 30 de junho de 2026	102.490	(7.188)	(638.010)	(542.708)

BBM Logística S.A.
Demonstração do fluxo de caixa Intermediárias Individual e Consolidadas - método indireto
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/06/2026	30/06/2025 (reapresentado)	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		182.812	(133.253)	187.309	(133.708)
Ajustes de:					
Depreciação e amortização	15 e 16	8.202	10.508	13.688	16.109
Depreciação do ativo de direito de uso	13	9.633	17.023	27.742	34.604
Valor residual do ativo imobilizado vendido	33	9.961	14.601	10.180	14.672
Despesas de juros de empréstimos, cessão de créditos com coobrigação e financiamentos, debêntures e consórcios	18, 19 e 34	(29.962)	35.302	(25.218)	41.128
Despesas de juros de arrendamentos	20	1.506	1.785	4.994	5.742
Despesas de juros de fornecedores em atraso		(6.209)	7.673	(8.830)	12.856
Despesas de juros de obrigações fiscais em atraso		5.204	19.486	28.461	48.113
Resultado de equivalência patrimonial	14	32.230	56.019	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	968	69	801	676
Provisão para contingências	26	2.603	6.412	5.400	11.737
Juros sobre obrigações por aquisição de controladas	34	763	2.564	763	2.564
Outros créditos tributários	11	(13.644)	(12.813)	(32.747)	(23.695)
Ajuste a valor presente sobre passivo reestruturado	34	(198.774)	-	(208.181)	-
(Reversão) perda por impairment sobre ativo imobilizado	33	(5.798)	(8.217)	(5.899)	(8.217)
(Reversão) provisão estoque obsoleto	10	(1.142)	50	(1.142)	51
Variações nos ativos e passivos					
Estoques		733	(810)	3	18
Contas a receber de clientes		(39.950)	11.160	(43.488)	(14.605)
Depósitos judiciais e cauções		(2.247)	(509)	(2.949)	(614)
Impostos a recuperar		7.532	5.748	25.932	15.293
Outros créditos		(8.496)	(13.978)	(14.048)	(23.092)
Fornecedores		(3.254)	(21.363)	(1.588)	(35.833)
Obrigações sociais		7.974	6.016	12.886	18.340
Obrigações fiscais		12.839	26.993	60.677	64.739
Outras contas a pagar		(5.538)	(8.806)	(14.534)	(13.472)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		(32.054)	21.660	20.212	33.406
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		(32.054)	21.660	20.212	33.406
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Compras de imobilizado e intangível	15 e 16	(4.926)	(2.485)	(15.347)	(4.482)
Pagamento de cotas de consórcios a contemplar		(173)	(153)	(815)	(16)
Valor recebido pela venda de ativo imobilizado	33	4.923	7.476	5.084	7.489
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento		(176)	4.838	(11.078)	2.991
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de cotas de consórcios contemplados		(92)	(102)	(35)	(99)
Mútuo com partes relacionadas	35	48.157	(28.474)	-	-
Empréstimos, cessão de créditos com coobrigação e financiamentos captados, líquidos do custo de transação	18	119.056	132.176	331.056	306.799
Custo com renegociação de debêntures	19	(536)	(1.147)	(536)	(1.147)
Amortização de empréstimos, cessão de créditos com coobrigação e financiamentos – principal	18	(109.454)	(115.111)	(290.771)	(272.346)
Pagamento de juros de empréstimos, cessão de créditos com coobrigação e financiamentos	18	(10.286)	(8.514)	(14.992)	(14.059)
Amortização de arrendamentos - principal	20	(3.979)	(14.689)	(21.529)	(32.432)
Pagamento de juros de arrendamentos	20	(1.506)	(1.785)	(4.994)	(5.742)
Pagamento do parcelamento de tributos		(10.622)	(2.625)	(35.914)	(16.820)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		30.738	(40.271)	(37.715)	(35.846)
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(1.492)	(13.773)	(28.581)	551
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		3.048	19.136	38.117	31.626
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		1.556	5.363	9.536	32.177

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

BBM Logística S.A.
Demonstração do valor adicionado Intermediárias Individual e Consolidadas
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
		(reapresentado)		(reapresentado)
Receitas (1)	267.844	377.022	779.646	803.920
Venda de serviços	251.286	357.499	749.416	776.264
Descontos incondicionais	(1.916)	(2.588)	(8.215)	(5.410)
Outras receitas	19.442	22.180	39.246	33.742
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(968)	(69)	(801)	(676)
Insumos adquiridos de terceiros (2)	174.084	234.720	461.649	469.740
(inclui os valores dos impostos - ICMS, ISS, PIS e COFINS)				
Custo dos serviços vendidos	155.367	209.821	432.155	437.525
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	18.717	24.899	29.494	32.215
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	93.760	142.302	317.997	334.180
Depreciação e amortização (4)	17.835	27.531	41.430	50.713
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	75.925	114.771	276.567	283.467
Valor adicionado recebido em transferência (6)	(31.186)	(52.784)	2.745	4.376
Resultado da equivalência patrimonial	(32.230)	(56.019)	-	-
Receitas financeiras	1.044	3.235	2.745	4.376
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	44.739	61.987	279.312	287.843
Distribuição do valor adicionado	44.739	61.987	279.312	287.843
Pessoal	40.595	65.830	152.297	165.984
Remuneração direta	24.774	43.952	101.511	112.848
Benefícios	7.013	10.535	25.533	28.155
F.G.T.S.	2.926	4.982	7.833	10.408
Outros	5.882	6.361	17.420	14.573
Impostos, taxas e contribuições	112.376	53.245	196.274	123.325
Federais	100.088	34.805	150.435	74.369
Estaduais	10.378	16.003	40.535	43.907
Municipais	1.910	2.437	5.304	5.049
Remuneração de capital de terceiros	(211.447)	81.981	(172.474)	137.603
Juros (i)	(222.109)	68.885	(195.402)	116.508
Aluguéis	3.536	1.172	10.016	5.157
Outras despesas financeiras	7.126	11.924	12.912	15.938
Remuneração de capital próprios	103.215	(139.069)	103.215	(139.069)
Lucro (prejuízo) do período	103.215	(139.069)	103.215	(139.069)

- (i) Variação decorrente, principalmente, da reversão dos encargos financeiros e do reconhecimento do ajuste a valor presente (AVP) sobre fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar por aquisição de empresas, em decorrência da remensuração desses passivos financeiros conforme as condições previstas no Plano de Recuperação Extrajudicial aprovado conforme nota 3.

1 Contexto operacional

A BBM Logística S.A. (“Controladora”), com sede na Rua Tenente Djalma Dutra, 915 em São José dos Pinhais – Paraná, é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto registrada no Bovespa + da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sendo negociada sob o código “BBML3”.

A Companhia (consolidado do grupo BBM, composto pela “Controladora e suas Controladas”) é um dos maiores operadores logísticos do Mercosul, com soluções End-to-End e Omnichannel, que vão da matéria-prima ao consumidor final, e está há mais de 20 anos atuando nesse mercado, sendo reconhecida com vários prêmios e certificações.

A atividade preponderante é a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, transporte intermodal, transporte de produtos químicos e gases do ar, transporte internacional, transporte florestal, em veículos próprios ou de terceiros atendendo clientes em vários países na América do Sul.

1.1 Reapresentação das informações comparativas relativas as demonstrações financeiras intermediárias Individuais e Consolidadas de 30 de junho de 2025

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ora apresentadas e em conformidade com as normas contábeis vigentes, previstas nos termos do pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração procedeu a reapresentação de determinados valores comparativos referentes a demonstração do resultado do período findo em 30 de junho de 2025.

A reapresentação decorre da revisão das premissas utilizadas para avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos, considerando projeções atualizadas de resultados tributáveis futuros e do respectivo prazo estimado para sua realização em face do Plano de Recuperação Extrajudicial aprovado conforme nota explicativa 3.

Como resultado dessa revisão, foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no montante de R\$ 32.042 na Controladora e R\$ 49.656 no Consolidado, com reflexo no resultado do período findo em 30 de junho de 2025.

Dessa forma, a demonstração do resultado individual e consolidada do período findo naquela data, apresentados para fins comparativos, diferem daqueles originalmente divulgados.

A seguir são apresentados os efeitos da reapresentação sobre as demonstrações financeiras intermediárias comparativas:

	Controladora
	Prejuízo do período
	30/06/2025
Prejuízo originalmente apresentado	(89.413)
Ajustes de reapresentação	(49.656)
Equivalência patrimonial da reversão de Imposto de renda e contribuição social diferido em controladas	(17.614)
Reversão de Imposto de renda e contribuição social diferido	(32.042)
Prejuízo reapresentado	(139.069)
	Consolidado
	Prejuízo do período
	30/06/2025
Prejuízo originalmente apresentado	(89.413)
Ajustes de reapresentação	(49.656)
Reversão de Imposto de renda e contribuição social diferido	(49.656)
Prejuízo reapresentado	(139.069)

Adicionalmente, a demonstração de resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado, bem como as respectivas notas explicativas, foram reapresentadas para refletir os efeitos decorrentes da reapresentação descrita acima.

2 Relação de entidades controladas

As informações financeiras intermediárias consolidadas em 30 de junho de 2026 abrangem as informações financeiras intermediárias da Controladora e das controladas Transeich Assessoria e Transportes S.A., Transportes Translovato Ltda., Translag Transporte e Logística Ltda. e Diálogo Logística Inteligente Ltda. (em conjunto “Grupo”). Os percentuais de participação nas controladas são os seguintes:

Empresa	Controle	Percentual de participação	
		30/06/2026	31/12/2025
Transeich Assessoria e Transportes S.A.	Direto	100%	100%
Transportes Translovato Ltda.	Direto	100%	100%
Translag Transporte e Logística Ltda.	Direto	100%	100%
Diálogo Logística Inteligente Ltda.	Direto	100%	100%

A Transeich Assessoria e Transportes S.A. (“Transeich Assessoria”), constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, tem como atividade preponderante a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, transporte intermodal, transporte de produtos químicos e gases do ar e transporte internacional, substancialmente em veículos de terceiros.

Transportes Translovato Ltda. (“Translovato”), tem como atividades preponderantes o transporte rodoviário e armazém geral nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, além dos estados do Ceará, Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

Translag Transporte e Logística Ltda. (“Translag”), tem como atividades preponderantes o transporte rodoviário e armazém geral na região Centro-oeste, além de São Paulo, Bahia e Minas Gerais.

Diálogo Logística Inteligente Ltda. (“Diálogo”), tem como atividade preponderante soluções logísticas e tecnológicas, principalmente para a cadeia de *e-commerce*, incluindo operações customizadas de *last mile*, nas regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil.

3 Base de preparação

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias da Controladora, identificadas como Controladora, e as informações financeiras intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e apresentadas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 22 de junho de 2026.

A emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria executiva em 06 de agosto de 2026. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Avaliação de continuidade operacional – Aprovação do Pedido de Recuperação Extrajudicial

Ao longo de 2025 e do segundo trimestre de 2026, a Companhia deu continuidade ao seu plano de reestruturação operacional e financeira, implementando diversas iniciativas voltadas ao fortalecimento da estrutura de capital, melhoria da eficiência operacional, otimização da geração de caixa e incremento da rentabilidade de suas operações.

No período findo em 30 de junho de 2026, o prejuízo acumulado da Companhia totalizava R\$ 638.010 (R\$ 741.225 em 31 de dezembro de 2025). Nesta mesma data, a Companhia apresentou passivo a descoberto no montante de R\$ 542.708 (R\$ 645.923 em 31 de dezembro de 2025) individual e consolidado, e passivo circulante que excede o ativo circulante em R\$ 498.951 e R\$ 533.026, respectivamente individual e consolidado (R\$ 1.076.917 e R\$ 1.104.492 em 31 de dezembro de 2025, respectivamente individual e consolidado).

Em decorrência da homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, ocorrida em junho de 2026, os passivos financeiros abrangidos pelo Plano passaram a refletir os novos prazos e condições de pagamento nele estabelecidos, resultando na reclassificação das obrigações entre os passivos circulante e não circulante, conforme os respectivos vencimentos previstos no Plano. Dessa forma, as obrigações que estavam sendo apresentadas integralmente no passivo circulante, em decorrência da quebra do covenant financeiro, voltaram a ser classificadas de acordo com seus novos vencimentos contratuais, conforme descrito nas notas explicativas 19 e 20.

Diante desse cenário, a Administração deu continuidade ao plano de reestruturação operacional e financeira, implementando diversas iniciativas voltadas à melhoria da eficiência operacional, fortalecimento da estrutura de capital e geração sustentável de caixa.

As iniciativas implementadas contribuíram para a manutenção da geração operacional da Companhia, que apresentou um EBITDA (em português LAJIDA - lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização, métrica gerencial, não prevista nas normas contábeis) ajustado consolidado de R\$ 43.504 ao final de 30 de junho de 2026, em comparação a um EBITDA ajustado de R\$ 45.076 em 30 de junho de 2025 (vide nota explicativa 38), além de receita líquida, margem de contribuição e EBITDA superiores ao orçamento no segundo trimestre de 2026, refletindo os efeitos das medidas de eficiência operacional implementadas pela Administração.

As principais ações planejadas e realizadas como parte do plano de reestruturação incluem:

- a) Implementação do plano de reestruturação organizacional, contemplando a simplificação da estrutura corporativa e operacional, otimização do quadro de colaboradores, controle de horas extras e melhoria dos indicadores de produtividade.
- b) Revisão do portfólio operacional, incluindo a desmobilização de unidades e o encerramento de operações e contratos com baixa rentabilidade ou elevado consumo de capital, priorizando negócios com maior retorno econômico e geração de caixa;
- c) Otimização da malha logística e da utilização da frota, mediante centralização da gestão de tráfego, revisão dos fluxos operacionais e captura de sinergias entre as unidades;
- d) Aproveitamento de créditos tributários no montante aproximado de R\$ 33 milhões até 30 de junho de 2026, contribuindo para o fortalecimento da posição de caixa e da liquidez de curto prazo;

- e) Em fevereiro de 2025, a Companhia protocolou pedido de transação da dívida fiscal em aberto junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), no valor aproximado de R\$ 169 milhões naquela data. O pedido contempla a solicitação de concessão de descontos sobre juros e multas, bem como a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas para liquidação parcial do saldo devedor tributário. Considerando o estágio atual das tratativas e das análises conduzidas pela PGFN, a Administração mantém expectativa de conclusão do processo durante o exercício de 2026; e
- f) Pedido de Recuperação Extrajudicial realizado em 1º de novembro de 2024, cujo Plano de Recuperação Extrajudicial ("Plano de RE") foi homologado pelo juízo competente em 27 de maio de 2026 e publicado em 15 de junho de 2026, com efeitos vigentes a partir do segundo trimestre de 2026, abrangendo os passivos com debêntures, fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar por aquisição de controladas.

Em especial destacamos a homologação do Plano de RE que permitiu à Companhia concluir a sua avaliação de continuidade de negócios, em especial a revisão das suas estimativas de realização dos seus ativos, o que resultou na necessidade ajuste retrospectivo do IR Diferido sobre prejuízo fiscal, conforme nota explicativa 1.1.

O Plano de RE estabelece condições específicas para a reestruturação e liquidação das obrigações financeiras da Companhia junto aos seus credores, contemplando as seguintes modalidades de pagamento:

- (i) para os créditos abrangidos pelo Plano, não haverá deságio sobre o principal. Os créditos serão atualizados monetariamente pela variação positiva do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios de 4,5% ao ano, ambos calculados desde a data do pedido de Recuperação Extrajudicial até o efetivo pagamento. Após o período de carência, encerrado em fevereiro de 2028, os juros remuneratórios serão pagos mensalmente, a partir de março de 2028, até a liquidação integral da obrigação, enquanto o principal será amortizado em 29 parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, com início em março de 2028 e vencimento final em março de 2035; e
- (ii) os credores fornecedores colaboradores serão pagos, em todos os casos sem deságio, entre 30 dias e 24 meses, conforme o montante devido, acrescido de sobretaxa de 1% ao mês.

Durante a tramitação do pedido de homologação foram observados os procedimentos previstos na Lei nº 11.101/2005, incluindo a publicação do edital para ciência dos credores e apresentação de impugnações ao Plano, as quais foram analisadas no âmbito do processo judicial que culminou na homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial.

O Plano de Recuperação Extrajudicial e os demais documentos celebrados no âmbito da reestruturação financeira estabelecem, adicionalmente, um conjunto de obrigações e compromissos a serem observados pelas empresas do Grupo BBM durante a vigência do Plano. Tais obrigações incluem, entre outras, o cumprimento de determinados indicadores financeiros e covenants, a manutenção e o aperfeiçoamento das garantias constituídas em favor dos credores, a observância de restrições relacionadas à contratação de endividamento adicional e à realização de determinadas operações societárias, a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, bem como o fornecimento periódico de informações financeiras, operacionais e gerenciais aos credores e demais partes previstas nos documentos da reestruturação.

Para o exercício social de 2026, os documentos da reestruturação estabelecem que a Companhia deverá observar o índice financeiro representado pela razão Dívida Líquida/EBITDA, cujo limite contratual é de até 7,0 vezes, a ser apurado com base nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2026.

Os documentos da reestruturação também preveem mecanismos de monitoramento do desempenho econômico-financeiro do Grupo, procedimentos de acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas e a comunicação tempestiva de eventos relevantes que possam impactar a capacidade de cumprimento do Plano ou os direitos dos credores abrangidos.

A implementação das condições previstas nos documentos da reestruturação está em andamento. Desde a homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, a Companhia vem cumprindo o cronograma estabelecido, tendo iniciado, em 15 de julho de 2026, os pagamentos aos credores fornecedores e colaboradores, conforme o previsto. Não há, até a presente data, descumprimento das obrigações assumidas.

A homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial resultou na remensuração dos passivos financeiros da Companhia, com redução de R\$ 306.682 no respectivo valor contábil. Esse efeito decorre da aplicação das condições financeiras previstas no Plano de Recuperação Extrajudicial e respectivos documentos da reestruturação aos passivos abrangidos, incluindo a reversão dos encargos financeiros anteriormente apropriados com base nas condições contratuais originais de forma a restabelecer os valores dos créditos na data do pedido da Recuperação Extrajudicial (em 1º de novembro de 2024), bem como o reconhecimento do ajuste a valor presente (AVP), em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis. A composição desse efeito é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	Reversão de juros e encargos financeiros (Plano RE)	Ajuste a valor presente (AVP)	IR/CS Diferido	Efeito líquido
Fornecedores	27.852	23.114	(17.328)	33.638
Empréstimos e financiamentos	6.449	86.173	(31.491)	61.131
Debêntures	62.563	84.553	(50.019)	97.097
Contas a pagar de aquisições	1.637	14.341	(5.433)	10.545
	98.501	208.181	(104.271)	202.411

A Administração entende que a homologação do Plano representa um marco relevante no processo de reestruturação financeira do Grupo BBM, contribuindo para o reperfilamento de seu endividamento, fortalecimento de sua liquidez e aprimoramento de sua estrutura de capital. Nesse contexto, a Administração vem adotando as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das condições, obrigações e compromissos estabelecidos no Plano de Recuperação Extrajudicial e nos demais documentos da reestruturação.

Adicionalmente, a Administração mantém expectativa de conclusão da transação tributária junto à PGFN ao longo de 2026, a qual poderá contribuir para o fortalecimento da estrutura de capital e da liquidez da Companhia, em complemento às demais medidas de reestruturação já implementadas.

A Administração permanece acompanhando a evolução dos indicadores operacionais, financeiros e de liquidez da Companhia, mantendo o monitoramento contínuo das iniciativas estratégicas implementadas e de seus respectivos impactos sobre a geração de caixa e a rentabilidade dos negócios.

Desta forma, essas informações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo conseguirá cumprir suas obrigações em um período de, mas não limitado a, 12 meses da data do balanço.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, sendo o Real a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Mensuração básica

As informações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas 5.9 e 16** – Imobilizado: principais premissas da estimativa da vida útil, valor residual e método de depreciação de ativos do imobilizado;
- **Notas explicativas 5.15, 14 e 21** - Principais premissas na taxa de juros e prazo de arrendamentos;
- **Nota explicativa 9** - Mensuração da perda estimada ao valor de recuperação do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 16** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos mantidos para venda e ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 26** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 30** - Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social; Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração ao valor justo

Uma série de políticas e divulgações financeiras do Grupo requer a mensuração ao valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Se os dados utilizados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro caírem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, a mensuração do valor justo é categorizada na sua totalidade no mesmo nível de sua hierarquia de valor que o valor mais baixo que é significativo para toda a medição.

5 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas informações financeiras intermediárias consolidadas, salvo indicação ao contrário.

5.1 Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. As contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras intermediárias de controlada são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Controladora os resultados das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não-controladores

Em 30 de junho de 2026, a Companhia não possui participação de acionistas não controladores em suas controladas. Dessa forma, não há saldos ou transações a serem reconhecidos referentes a participação de não controladores nas informações financeiras intermediárias consolidadas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações financeiras intermediárias consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia no capital social da companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

5.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos em até 90 dias da data da aquisição, com alta liquidez, conversíveis em caixa, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

5.4 Receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

As informações abaixo apresentam a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita
Serviços de transportes florestais	O serviço de transporte se inicia no carregamento na área rural, finalizado com entrega da madeira na fábrica do cliente, o que constitui o cumprimento da obrigação. No momento da entrega da madeira na fábrica do cliente são efetuadas medições do volume transportado a cada carregamento. No final do mês as medições são consolidadas para a emissão da fatura. O pagamento se dá em média 30 dias após a emissão da fatura.	A receita é reconhecida após a consolidação das medições do volume transportado. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela, que leva em consideração as características de cada transporte (distância e peso, p.e.).
Serviços de transportes a dedicados industriais	São serviços de transporte oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente, que incluem a gestão do fluxo de insumos/matérias-primas e informações da fonte produtora até a entrada da fábrica (operações Inbound), o fluxo de saída do produto acabado da fábrica até a ponta de consumo (operações Outbound) e, a movimentação de produtos e gestão de estoques internos, logística reversa e armazenagem. Serviços de escoamento de produtos no sistema “ponto A” para “ponto B”, por meio de veículos carga completa (Full Truck Load). O faturamento e prazo de vencimento é diverso e particular com cada cliente.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso e medições do trabalho realizado.
Serviços de transportes de carga geral e fracionado	Representam serviços prestados, e tratados pelo cliente carga a carga, com faturamento diverso e particular com cada cliente.	A receita é reconhecida quando do embarque e ajustada por meio de cut-off com base no estágio de realização do serviço (entrega dos produtos).

5.5 Receita e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos, arrendamentos, debêntures, atraso no pagamento de fornecedores, atraso e parcelamento de impostos e variação cambial.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

5.6 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, líquido de provisões para perdas ao valor de recuperação, quando aplicável.

5.7 Consórcios

As cotas de consórcios ainda não contempladas são registradas no ativo circulante pelo valor pago mensalmente.

No momento da contemplação, os ativos adquiridos são registrados no ativo imobilizado da Companhia, em contrapartida a um passivo circulante e não circulante do valor do saldo a pagar da cota contemplada.

Os gastos com taxas de administração, são registrados como despesas financeiras.

5.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar apurado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal seguindo metodologia de cálculo e critérios estabelecidos pela legislação tributária e regulamentações contábeis vigentes no exercício. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando se espera que o respectivo imposto diferido ativo será realizado ou quando o imposto diferido passivo será liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

5.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (vide nota explicativa 15), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os valores residuais, o método de depreciação e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, exceto se houver evidências de modificações substanciais, quando então a Administração faz análises e eventuais ajustes necessários, em períodos menores.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada do item e reconhecida no resultado.

A vida útil estimada dos ativos imobilizados, por natureza, é apresentada a seguir:

Itens do imobilizado - vida útil em anos	30/06/2026	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	3 – 15	3 – 15
Cavalos mecânicos	6 – 15	6 – 15
Carretas e equipamentos	12 – 25	12 – 25
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Edificações	20	20
Embalagens para transporte	1 – 5	1 – 5
Benfeitorias em bens de terceiros	1 – 5	1 – 5

5.10 Intangível e ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado (perdas) conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis, por natureza, é apresentada a seguir:

Itens do intangível - vida útil em anos	30/06/2026	31/12/2025
Software	3 - 5	3 - 5
Carteira de clientes	5 - 13	5 - 13
Direito de uso da marca	10	10
Acordo de não concorrência	5	5

Os valores residuais, o método de amortização e a vida útil dos ativos intangíveis são revisados e, se apropriado, ajustados ao final de cada exercício.

5.11 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado pela Companhia como mensurado ao custo amortizado ou ao Valor justo por meio do resultado (“VJR”). Todos os ativos financeiros da Companhia, atualmente, estão classificados como mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado pela Companhia ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- I. é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- II. seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao seu valor de recuperação. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais auferidos sobre esses ativos, assim com a perda para ajuste ao seu valor recuperável são reconhecidos no resultado.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados pela Companhia como ao VJR.

A Administração realiza uma avaliação do objetivo para o qual um ativo financeiro é mantido em carteira e que melhor reflete a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas nessa avaliação incluem:

as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados pela Companhia ao valor justo por meio do resultado. Esses ativos são continuamente mensurados ao valor justo. O ajuste a valor justo, os juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo efetua transações em que transfere ativos reconhecidos no seu balanço, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados sendo reconhecido o passivo financeiro correspondente.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos contratuais são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos contratuais modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um ativo ou passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação recebida ou paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.12 Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é apresentada como dedução do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há mais de 360 dias e quando não há mais expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, entretanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

5.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

Os custos de transações de operações de captação em curso são mantidos em conta transitória do ativo até a sua alocação definitiva por ocasião da conclusão da operação.

5.14 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é calculado com base no seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado.

5.15 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação.

a. Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, quando aplicável, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimos e financiamentos incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimos e financiamentos como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos e financiamentos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

5.16 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

O valor reconhecido como provisão é mensurado levando-se em consideração a melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O aumento ou redução da obrigação ao longo do tempo é reconhecido como complemento ou reversão no mesmo item de provisão.

5.17 Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pelo número médio ponderado de ações no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

5.18 Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao Diretor Executivo de Operações incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, despesas administrativas, despesas de venda e despesas com aquisições de negócios.

A Administração considera que as operações da Companhia e suas controladas compõem dois segmentos operacionais identificáveis, classificados como DCC (*Dedicated Contract Carriage*) e TM (*Transportation Management*).

5.19 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, preparada de acordo com as normas contábeis aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

5.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma obrigação ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

5.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas informações financeiras da Companhia e suas controladas.

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.
A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

6 Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;

- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da publicação das Leis Complementares nº 214/2025 e nº 224/2025, que instituem o Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), a Companhia avaliou os potenciais impactos da nova sistemática tributária nas informações financeiras intermediárias referentes à data-base de 30 de junho de 2026.

Com base na legislação publicada até o momento e nas análises realizadas, a Companhia não identificou impactos relevantes na mensuração de ativos e passivos, nem nas principais premissas e estimativas contábeis adotadas na referida data-base.

A partir de 2026, a Companhia passou a destacar o IBS e a CBS nos documentos fiscais emitidos, em conformidade com o cronograma de implementação estabelecido na legislação aplicável.

A Administração segue monitorando a evolução da regulamentação e avaliando, de forma contínua, eventuais efeitos operacionais, fiscais e financeiros decorrentes da Reforma Tributária, que poderão impactar exercícios futuros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Caixa	126	56	463	348
Bancos conta movimento	1.030	2.668	8.526	34.017
Aplicações financeiras (a)	400	324	547	3.752
	1.556	3.048	9.536	38.117

- (a) As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem qualquer desconto. Referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados a uma taxa média de 100% da rentabilidade dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) (100% em 31 de dezembro de 2025).

8 Outros ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Bloqueio judicial (a)	6.801	6.877	6.801	6.877
Outros	-	-	449	449
	6.801	6.877	7.250	7.326
Circulante	-	-	449	449
Não circulante	6.801	6.877	6.801	6.877

- (a) Valor referente a bloqueio judicial decorrente de execução fiscal promovida pelo Estado de São Paulo, relacionada a débitos de ICMS.

9 Contas a receber de clientes

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Serviços de frete a receber no mercado interno	67.790	59.243	154.162	127.504
Serviços de frete a receber no mercado externo	36.501	28.438	36.501	28.438
Serviços de frete a receber no mercado interno partes relacionadas (Nota explicativa 35)	30.519	7.564	-	-
Serviços a faturar	10.557	10.172	33.839	25.072
Perda por redução ao valor recuperável	(2.480)	(1.512)	(4.429)	(3.628)
	142.887	103.905	220.073	177.386

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de vencimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

A Companhia realizou transações de cessão de créditos com coobrigação (nota explicativa 18), por meio das quais transfere a propriedade de títulos de contas a receber de clientes para instituições financeiras, recebendo antecipadamente os valores correspondentes, líquidos dos encargos financeiros da transação. Em 30 de junho de 2026, o saldo dessas operações totalizava R\$ 32.427 na controladora (R\$ 16.384 em 31 de dezembro de 2025) e R\$ 70.857 no consolidado (R\$ 35.040 em 31 de dezembro de 2025).

b) Vencimento de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
A vencer	123.783	91.199	180.208	152.683
Vencidos até 30 dias	5.651	6.012	23.567	17.240
Vencidos de 31 a 60 dias	2.099	2.110	3.413	2.275
Vencidos de 61 a 90 dias	1.854	2.157	2.446	2.385
Vencidas de 91 a 180 dias	7.480	1.972	7.924	2.392
Vencidas de 181 a 360 dias	3.149	805	3.949	1.442
Vencidas acima de 360 dias	1.351	1.162	2.995	2.597
Perda por redução ao valor recuperável	(2.480)	(1.512)	(4.429)	(3.628)
	142.887	103.905	220.073	177.386

Os valores vencidos na Controladora com prazo superior a 90 dias referem-se, substancialmente, a contas a receber de partes relacionadas. Tais valores não apresentam risco de não realização, uma vez que a Controladora possui montantes a pagar às suas controladas, principalmente decorrentes de contratos de mútuo (vide nota explicativa 35).

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. O cálculo da taxa de perda esperada é realizado de acordo com as perdas reais incorridas nos últimos 12 meses frente ao comportamento dos recebimentos no contas a receber por faixa de vencimento, esta informação possibilita estabelecer a média de perdas históricas (abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48). A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora			
	Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Saldo no início do período	1.512	2.003	2.211	2.125
Constituição de provisão	985	319	286	100
Reversão de provisão	(17)	(250)	(17)	(153)
Ao final do período	2.480	2.072	2.480	2.072

	Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Saldo no início do período	3.628	3.622	3.965	4.076
Constituição de provisão	1.292	966	494	387
Reversão de provisão	(491)	(290)	(30)	(165)
Ao final do período	4.429	4.298	4.429	4.298

10 Estoques

Os estoques referem-se a pneus e peças de reposição para utilização na frota e materiais utilizados na manutenção de veículos e combustíveis:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Pneus	375	690	1.141	822
Peças de reposição	5.596	6.014	6.134	6.524
Combustível	119	119	606	538
(-) Provisão estoque obsoleto	(2.402)	(3.544)	(2.408)	(3.550)
	3.688	3.279	5.473	4.334

A Companhia realiza periodicamente uma análise criteriosa dos estoques, com o objetivo de avaliar sua recuperabilidade econômica e assegurar que os saldos estejam compatíveis com as necessidades operacionais e com os valores realizáveis líquidos estimados.

Com base nessa avaliação, o saldo da provisão para perdas por obsolescência de estoques totalizava R\$ 2.402 (R\$ 3.544 em 31 de dezembro de 2025) na Controladora e R\$ 2.408 (R\$ 3.550 em 31 de dezembro de 2025) no Consolidado, refletindo o ajuste dos estoques aos seus respectivos valores realizáveis líquidos.

A provisão visa refletir, de forma adequada, a expectativa de realização dos ativos, considerando a possibilidade de não utilização ou venda de determinados itens. O saldo é substancialmente composto por peças de reposição com baixa rotatividade e materiais considerados em desuso.

Ativos dados em garantia

Em 30 de junho de 2026, os estoques estavam em garantia na modalidade de alienação fiduciária, às debêntures (ver nota explicativa 19).

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
PIS / COFINS a recuperar (a)	8.683	3.659	19.507	14.143
IVA a recuperar	4.656	4.303	4.656	4.303
ICMS a recuperar	129	294	129	294
INSS a recuperar	1.158	258	2.023	1.057
	14.626	8.514	26.315	19.797
Circulante	9.970	4.211	21.659	15.494
Não circulante	4.656	4.303	4.656	4.303

- a) No período findo em 30 de junho de 2026, a Controladora e as controladas Translovato e Diálogo, com base em entendimentos jurídicos e administrativos, efetuaram pedidos de compensação via PER/DCOMP, decorrentes de créditos de PIS e COFINS reconhecidos em revisões dos critérios de apuração dessas contribuições, no âmbito de suas operações.

12 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Despesas antecipadas (a)	14.226	11.614	26.420	21.767
Valores a receber por venda de veículos	-	-	316	181
Adiantamento a fornecedores (b)	4.293	2.038	8.371	5.134
Despesas reembolsáveis (c)	91	1.360	4.736	6.009
Adiantamentos a empregados	556	505	3.009	2.604
ICMS precatório (d)	796	796	796	796
Outros créditos	-	-	2.290	407
Total	19.962	16.313	45.938	36.898
Circulante	14.986	10.623	39.818	29.948
Não circulante	4.976	5.690	6.120	6.950

- (a) As despesas antecipadas referem-se, substancialmente, a valores de gastos com seguros e diversas coberturas, tais como veículos, garantia cautelar fiscal, prédios e vida, bem como custos operacionais incorridos antes do reconhecimento das respectivas receitas, apropriados ao resultado quando do reconhecimento dessas receitas.
- (b) Adiantamentos, principalmente, para aquisição de peças de manutenção de máquinas e equipamentos.
- (c) Refere-se, substancialmente, a pagamento de contingências trabalhistas, que vieram ao conhecimento da Administração apenas após o período de um ano da combinação de negócios, e que, portanto, não foram contabilizados como parte do exercício de combinação de negócios. A Companhia tem o direito contratual de receber esses valores dos ex-controladores das investidas (ver nota explicativa 24).
- (d) Precatório a receber do estado de São Paulo em função de sentença favorável à BBM, referente a créditos de ICMS.

13 Direito de uso de ativos

Direito de uso do ativo	Controladora			
	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2025	5.220	13.155	1.936	20.311
Novos contratos e adições (i)	236	2.262	120	2.618
Depreciação	(2.526)	(6.069)	(1.038)	(9.633)
Em 30 de junho de 2026	2.930	9.348	1.018	13.296

Direito de uso do ativo	Controladora			
	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2024	21.380	10.532	4.581	36.493
Novos contratos e adições (i)	1.402	4.803	(53)	6.152
Depreciação	(10.070)	(5.565)	(1.388)	(17.023)
Baixas (i)	(1.723)	-	-	(1.723)
Em 30 de junho de 2025	10.989	9.770	3.140	23.899

Direito de uso do ativo	Consolidado			
	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2025	13.013	38.375	3.134	54.522
Novos contratos e adições (i)	236	20.299	120	20.655
Depreciação	(4.910)	(21.154)	(1.678)	(27.742)
Baixas (i)	-	(106)	-	(106)
Em 30 de junho de 2026	8.339	37.414	1.576	47.329

Direito de uso do ativo	Consolidado			
	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2024	34.226	44.199	6.175	84.600
Novos contratos e adições (i)	1.404	15.893	2.008	19.305
Depreciação	(13.262)	(18.802)	(2.540)	(34.604)
Baixas (i)	(1.726)	-	-	(1.726)
Em 30 de junho de 2025	20.642	41.290	5.643	67.575

- (i) As adições e baixas decorrem, essencialmente, a renovações contratuais, repactuações, atualizações de valores e inclusão e/ou baixas de ativos nos contratos de arrendamento existentes (vide nota explicativa 20).

14 Investimentos

a. Composição dos saldos

Composição	Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025
Transeich Assessoria	101.744	104.606
Translovato	(13.197)	11.620
Translag	13.595	13.803
Diálogo (i)	18.324	22.667
	120.466	152.696

- (i) A totalidade das cotas da subsidiária Diálogo Logística Inteligente Ltda. estão alienadas fiduciariamente em favor dos debenturistas, conforme nota explicativa 19.

b. Movimentação dos saldos

	Controladora		
	Em 31 de dezembro de 2025	Resultado de equivalência patrimonial	Em 30 de junho de 2026
Transeich Assessoria	104.606	(2.862)	101.744
Translovato	11.620	(24.817)	(13.197)
Translag	13.803	(208)	13.595
Diálogo	22.667	(4.343)	18.324
Total	152.696	(32.230)	120.466

	Controladora (reapresentado)		
	Em 31 de dezembro de 2024	Resultado de equivalência patrimonial	Em 30 de junho de 2025
Transeich Assessoria	111.282	(1.381)	109.901
Translovato	56.951	(46.011)	10.940
Translag	17.827	(801)	17.026
Diálogo	33.382	(7.826)	25.556
Total	219.442	(56.019)	163.423

c. Informações das subsidiárias

Os saldos das controladas apresentados nesta tabela consideram os valores patrimoniais com os ajustes da combinação de negócios.

					Controladora
Em 30 de junho de 2026	Prejuízo do período	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social no encerramento do período (%)	Equivalência patrimonial da Controladora
Transeich Assessoria	(2.862)	54.646	71.325	100%	(2.862)
Translovato	(24.817)	18.375	(43.776)	100%	(24.817)
Translag	(208)	17.851	(5.203)	100%	(208)
Diálogo	(4.343)	1.588	(37.898)	100%	(4.343)

Controladora (reapresentado)					
Em 30 de junho de 2025	Prejuízo do período	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social no encerramento do período (%)	Equivalência patrimonial da Controladora
Transeich Assessoria	(1.381)	54.646	79.482	100%	(1.381)
Translovato	(46.011)	18.375	(20.071)	100%	(46.011)
Translag	(801)	17.851	(2.025)	100%	(801)
Diálogo	(7.826)	1.588	(32.255)	100%	(7.826)

As informações das controladas, sem os ajustes da combinação de negócios, são os seguintes:

Controladora						
Em 30 de junho de 2026	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Transeich Assessoria	10.152	131.674	63.543	6.957	71.326	(2.862)
Translovato	91.226	355.330	402.903	87.285	(43.632)	(24.673)
Translag	3.864	12.385	16.325	5.033	(5.109)	(114)
Diálogo	76.225	93.145	143.714	62.859	(37.203)	(3.648)

Controladora (reapresentado)						
Em 30 de junho de 2025	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Transeich Assessoria	24.107	86.582	28.517	2.688	79.484	(1.380)
Translovato	87.731	275.710	366.079	49.259	(51.897)	(77.837)
Translag	6.689	24.234	31.551	1.250	(1.878)	(654)
Diálogo	62.107	83.492	167.634	9.416	(31.451)	(7.022)

15 Imobilizado

								Controladora
	Em 1º de janeiro de 2026	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Impairment (i)	Em 30 de junho 2026
Máquinas e equipamentos	5.058	169	(69)	(484)	-	20	-	4.694
Veículos e tratores	81.913	2.106	(21.260)	(3.269)	-	11.435	5.727	76.652
Móveis e utensílios	864	83	(3)	(108)	-	2	-	838
Computadores e periféricos	1.364	1.318	(16)	(311)	-	1	-	2.356
Edificações	3.058	-	-	(94)	-	-	-	2.964
Embalagens para transporte	23	-	-	(13)	-	-	-	10
Imobilizações em andamento	175	105	-	-	(175)	-	-	105
Benfeitorias em imóveis de terceiros	704	149	(129)	(171)	-	58	71	682
Total	93.159	3.930	(21.477)	(4.450)	(175)	11.516	5.798	88.301

								Controladora
	Em 1º de janeiro de 2025	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Impairment (i)	Em 30 de junho 2025
Máquinas e equipamentos	7.779	140	(13.870)	(275)	-	6.369	5.930	6.073
Veículos e tratores	107.195	2.097	(20.684)	(5.082)	-	13.558	2.287	99.371
Móveis e utensílios	1.200	-	(3)	(140)	-	1	-	1.058
Computadores e periféricos	1.444	5	-	(362)	-	-	-	1.087
Edificações	5.219	-	-	(145)	-	-	-	5.074
Embalagens para transporte	51	-	-	(14)	-	-	-	37
Imobilizações em andamento	-	130	-	-	-	-	-	130
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.041	11	-	(393)	-	-	-	1.659
Total	124.929	2.383	(34.557)	(6.411)	-	19.928	8.217	114.489

- (i) A Companhia mantém provisão para perda por redução ao valor recuperável (impairment) sobre veículos e maquinários florestais, constituída em exercícios anteriores com base em avaliações técnicas que indicaram redução do valor recuperável desses ativos. Durante o período findo em 30 de junho de 2026, em decorrência da venda de parte desses bens, houve reversão proporcional da provisão anteriormente reconhecida, refletindo a baixa contábil dos respectivos ativos.

								Consolidado
	Em 1º de janeiro de 2026	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Impairment (i)	Em 30 de junho 2026
Máquinas e equipamentos	10.211	818	(69)	(1.333)	42	20	-	9.689
Veículos e tratores	104.757	6.680	(24.651)	(3.851)	-	14.610	5.828	103.373
Móveis e utensílios	2.415	317	(13)	(251)	4	7	-	2.479
Computadores e periféricos	2.758	1.654	(20)	(597)	77	5	-	3.877
Edificações	3.057	-	-	(94)	-	-	-	2.963
Embalagens para transporte	23	-	-	(13)	-	-	-	10
Imobilizações em andamento	853	968	-	-	(749)	-	-	1.072
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.773	532	(137)	(1.262)	451	61	71	5.489
Total	129.847	10.969	(24.890)	(7.401)	(175)	14.703	5.899	128.952

								Consolidado
	Em 1º de janeiro de 2025	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Impairment (i)	Em 30 de junho 2025
Máquinas e equipamentos	13.280	220	(13.870)	(1.169)	-	6.369	5.930	10.760
Veículos e tratores	131.893	2.145	(21.943)	(5.786)	-	14.806	2.287	123.402
Móveis e utensílios	2.816	72	(3)	(280)	-	1	-	2.606
Computadores e periféricos	3.122	52	-	(805)	36	-	-	2.405
Edificações	5.277	-	-	(167)	-	-	-	5.110
Embalagens para transporte	51	-	-	(14)	-	-	-	37
Imobilizações em andamento	1.655	307	-	-	(136)	-	-	1.826
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.937	14	-	(1.273)	100	-	-	6.778
Total	166.031	2.810	(35.816)	(9.494)	-	21.176	8.217	152.924

- (ii) A Companhia mantém provisão para perda por redução ao valor recuperável (impairment) sobre veículos e maquinários florestais, constituída em exercícios anteriores com base em avaliações técnicas que indicaram redução do valor recuperável desses ativos. Durante o período findo em 30 de junho de 2026, em decorrência da venda de parte desses bens, houve reversão proporcional da provisão anteriormente reconhecida, refletindo a baixa contábil dos respectivos ativos.

a. Revisão do método de depreciação, vida útil e valor residual

Conforme descrito na nota explicativa 5.9, em 2025 a Administração revisou a vida útil e valor residual estimado de certos veículos e equipamentos.

b. Ativos dados em garantia

Em 30 de junho de 2026, estoques, veículos, tratores, imóveis estão em garantia na modalidade de alienação fiduciária para empréstimos bancários e consórcios (ver nota explicativa 18).

c. Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizados da Companhia e suas controladas tem os seus valores recuperáveis analisados, no mínimo, anualmente, de forma a verificar se há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

16 Intangível

a. Composição dos saldos

		Controladora	
		30/06/2026	31/12/2025
Software		33.554	35.090
		33.554	35.090
		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025
Software		51.518	50.883
Ágio na aquisição de subsidiárias		130.168	130.168
Carteira de clientes		5.010	6.034
Direito de uso de marca		2.343	2.643
		189.039	189.728

b. Detalhamento do saldo por empresa

						Consolidado
		Ágio na	Carteira de	Direito de		
Em 30 de junho de 2026	Software	aquisição de	clientes	uso de marca	Total	
BBM	33.554	-	-	-	33.554	
Transeich Assessoria	12	30.438	-	-	30.450	
Translovato	6.299	29.583	407	961	37.250	
Translag	-	18.172	204	401	18.777	
Diálogo	11.653	51.975	4.399	981	69.008	
	51.518	130.168	5.010	2.343	189.039	
		Ágio na	Carteira de	Direito de uso		
Em 31 de dezembro de 2025	Software	aquisição de	clientes	de marca	Total	
BBM	35.090	-	-	-	35.090	
Transeich Assessoria	15	30.438	-	-	30.453	
Translovato	5.919	29.583	474	1.102	37.078	
Translag	-	18.172	217	449	18.838	
Diálogo	9.859	51.975	5.343	1.092	68.269	
	50.883	130.168	6.034	2.643	189.728	

c. Movimentação dos saldos

					Controladora
	Em 1º de janeiro de 2026	Aquisição no período	(-) Amortização	Transferências	Em 30 de junho de 2026
Software	35.090	2.041	(3.752)	175	33.554
Total	35.090	2.041	(3.752)	175	33.554

	Em 1º de janeiro de 2025	Aquisição no período	(-) Amortização	Transferências	Em 30 de junho de 2025
Software	41.257	604	(4.098)	-	37.763
Total	41.257	604	(4.098)	-	37.763

					Consolidado
	Em 1º de janeiro de 2026	Aquisição no período	(-) Amortização	Transferências	Em 30 de junho de 2026
Software	50.883	5.423	(4.963)	175	51.518
Ágio	130.168	-	-	-	130.168
Carteira de clientes	6.034	-	(1.024)	-	5.010
Direito de uso de marca	2.643	-	(300)	-	2.343
Total	189.728	5.423	(6.287)	175	189.039

	Em 1º de janeiro de 2025	Baixas	Aquisição no período	(-) Amortização	Em 30 de junho de 2025
Software	55.375	2.174	(59)	(5.074)	52.416
Ágio	130.168	-	-	-	130.168
Carteira de clientes	8.080	-	-	(1.023)	7.057
Direito de uso de marca	3.242	-	-	(299)	2.943
Acordo de não concorrência	376	-	-	(220)	156
Total	197.241	2.174	(59)	(6.616)	192.740

d. Redução ao valor recuperável

A Administração não reconheceu perda de valor recuperável dos ativos intangíveis no período findo em 30 de junho de 2026.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais (i)	92.923	102.761	177.753	187.856
Frete a pagar	3.982	2.562	24.956	24.226
Ajuste a valor presente (AVP) (i)	(13.707)	-	(23.114)	-
	83.198	105.323	179.595	212.082
Circulante	47.312	105.323	119.780	212.082
Não circulante	35.886	-	59.815	-

- (i) Fornecedores nacionais compreendem todos os fornecedores situados no território nacional, abrangendo diferentes tipos de contratações, incluindo principalmente prestadores de serviços, tais como: manutenção, tecnologia, consultoria financeira e jurídica, entre outros, bem como fornecedores de insumos operacionais e materiais administrativos.

Em 30 de junho de 2026, parcela substancial do saldo dessas obrigações encontra-se abrangida pelo Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, homologado em junho de 2026. Em decorrência da homologação do Plano, essas obrigações passaram a refletir as novas condições contratuais aplicáveis a cada classe de credores, incluindo a revisão dos prazos e das condições financeiras de liquidação. Em conformidade com o CPC 48, tais obrigações foram mensuradas pelo seu valor presente, com o correspondente reconhecimento do ajuste a valor presente (AVP) e da reclassificação entre os passivos circulante e não circulante. A reversão de encargos decorrente da homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial foi feita diretamente na rubrica de fornecedores.

Os valores incluem a atualização monetária, os juros e as multas incidentes, quando aplicáveis, reconhecidos conforme o regime de competência e observadas as condições previstas no Plano de Recuperação Extrajudicial.

18 Empréstimos e financiamentos

Os saldos mantidos como empréstimos e financiamentos, em moeda nacional, são referentes a captação de linhas de capital de giro, principalmente para investimentos em projetos de tecnologia e suprir as necessidades de caixa da Companhia.

a. Composição

Controladora							
Modalidade	Encargos anuais médios		Passivo circulante		Passivo não circulante		Total
Em moeda nacional	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026 31/12/2025
Capital de giro (i)	17,33%	17,08%	10.002	243.714	225.196	-	235.198 243.714
Cessão de créditos (ii)	23,32%	27,38%	32.427	16.384	-	-	32.427 16.384
Ajuste a valor presente (AVP) (i)			-	-	(86.173)	-	(86.173) -
			42.429	260.098	139.023	-	181.452 260.098

Consolidado							
Modalidade	Encargos anuais médios		Passivo circulante		Passivo não circulante		Total
Em moeda nacional	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026 31/12/2025
Capital de giro (i)	17,33%	17,08%	25.727	250.547	227.308	-	253.035 250.547
Cessão de créditos (ii)	26,46%	27,38%	70.857	35.040	-	-	70.857 35.040
Ajuste a valor presente (AVP) (i)			-	-	(86.173)	-	(86.173) -
			96.584	285.587	141.135	-	237.719 285.587

- (i) Em 30 de junho de 2026, parcela substancial do saldo dessas obrigações encontra-se abrangida pelo Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, homologado em junho de 2026. Em decorrência da modificação substancial das condições contratuais prevista no Plano, a Administração concluiu, nos termos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, pelo desreconhecimento dessas obrigações e reconhecimento de novos passivos financeiros, mensurados ao valor presente com base nos fluxos de caixa contratuais renegociados, mediante a utilização de taxa de desconto compatível com o risco das operações, com o correspondente reconhecimento do ajuste a valor presente (AVP) e da reclassificação entre os passivos circulante e não circulante. A reversão de encargos decorrente da homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial foi feita diretamente nas rubricas impactadas.

Os passivos financeiros abrangidos pelo Plano passaram a observar as novas condições financeiras aplicáveis à respectiva classe de credores, incluindo atualização monetária pela variação positiva do IPCA e juros remuneratórios de 4,5% ao ano, quando aplicáveis. Durante o período de carência, encerrado em fevereiro de 2028, não haverá amortização do principal nem pagamento dos juros remuneratórios, os quais serão capitalizados e incorporados ao saldo da obrigação. Após esse período, os juros remuneratórios serão pagos mensalmente e o principal será amortizado em 29 parcelas trimestrais, conforme estabelecido no Plano.

- (ii) No período findo em 30 de junho de 2026 a Companhia realizou transações de cessão de créditos com coobrigação, em que transfere a propriedade dos títulos de contas a receber de clientes (nota explicativa 9) para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor do contas a receber, descontado dos juros da transação.
- (iii) As taxas apresentadas em 30 de junho de 2026 representam os encargos anuais médios do período e não refletem integralmente as novas condições financeiras previstas no Plano de Recuperação Extrajudicial, homologado em junho de 2026, cujos efeitos sobre os encargos das operações ocorrerão de forma prospectiva.

b. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2026	260.098	285.587
Captação	119.056	333.377
Custo de captação	-	(2.321)
Ajuste a valor presente (AVP)	(86.173)	(86.173)
Encargos financeiros	8.211	13.012
Amortização – principal	(109.454)	(290.771)
Pagamento - juros e variações (*)	(10.286)	(14.992)
Em 30 de junho de 2026	181.452	237.719

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2025	235.048	259.903
Captação	132.176	307.044
Custo de captação	-	(245)
Encargos financeiros	19.532	25.358
Amortização – principal	(115.111)	(272.346)
Pagamento - juros e variações (*)	(8.514)	(14.059)
Em 30 de junho de 2025	263.131	305.655

(*) Na demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos estão apresentados no fluxo de caixa das atividades de financiamento de acordo com a política da Administração.

c. Vencimentos (i)

As parcelas classificadas no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
Ano	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
2028	31.061	-	31.353	-
2029	31.061	-	31.353	-
2030	31.061	-	31.353	-
2031	31.061	-	31.353	-
2032	31.061	-	31.353	-
2033	31.061	-	31.353	-
2034	31.061	-	31.353	-
2035	7.769	-	7.837	-
	225.196	-	227.308	-

- (i) Os vencimentos apresentados correspondem aos fluxos de caixa contratuais e não incluem os efeitos dos custos de captação e do ajuste a valor presente (AVP).

Em 31 de dezembro de 2025, a Controladora e suas controladas não possuíam obrigações classificadas no passivo não circulante relacionadas aos passivos financeiros abrangidos pelo Plano de Recuperação Extrajudicial. Em 30 de junho de 2026, em decorrência da homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, parcela substancial dessas obrigações passou a observar novos prazos de vencimento, resultando na classificação de saldos no passivo não circulante, conforme demonstrado no quadro de vencimentos acima.

Em 30 de junho de 2026, veículos, tratores e imóveis permanecem dados em garantia, na modalidade de alienação fiduciária, das operações de empréstimos e financiamentos. O montante dos empréstimos e financiamentos garantidos por esses bens totaliza R\$ 116.189 (R\$ 124.722 em 31 de dezembro de 2025).

d. Covenants

Em decorrência da homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, ocorrida em junho de 2026, os documentos da reestruturação estabelecem como covenant financeiro a razão Dívida Líquida/EBITDA (LTM), cujo limite contratual é de até 7,0 vezes. A apuração desse índice será realizada semestralmente, sendo a primeira efetuada com base nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2026.

19 Debêntures

a) Composição

Descrição	Controladora e Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Principal	-	189.699	189.699	-	189.699	189.699
Custo com renegociação	-	(3.093)	(3.629)	-	(3.629)	(3.093)
Ajuste a valor presente (AVP) do Plano de RE aprovado	-	-	(84.553)	-	(84.553)	-
Juros	-	70.014	31.788	-	31.788	70.014
	-	256.620	133.305	-	133.305	256.620

Em 30 de junho de 2026, em decorrência da homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, homologado em junho de 2026, as debêntures passaram a observar as novas condições contratuais previstas no Plano, incluindo atualização monetária pelo IPCA e juros remuneratórios de 4,5% ao ano. Durante o período de carência, compreendido até fevereiro de 2028, não haverá amortização do principal e pagamento dos juros remuneratórios, sendo os juros incidentes nesse período capitalizados e incorporados ao principal da obrigação. Após o período de carência, os juros serão pagos mensalmente e o principal será amortizado em 29 parcelas trimestrais, conforme estabelecido no Plano. Em razão da modificação substancial dos termos contratuais, essas obrigações foram mensuradas pelo seu valor presente, com o correspondente reconhecimento do ajuste a valor presente (AVP) e da reclassificação entre os passivos circulante e não circulante. A reversão de encargos decorrente da homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial foi feita diretamente na rubrica de debêntures.

b) Movimentação

		Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2025		256.620
Custo com renegociação (*)		(536)
Ajuste a valor presente (AVP)		(84.553)
Juros e custo da transação apropriados		(38.226)
Em 30 de junho de 2026		133.305
Em 31 de dezembro de 2024		203.848
Custo com renegociação (*)		(1.147)
Juros e custo da transação apropriados		15.710
Em 30 de junho de 2025		218.411

(*) Na demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos estão apresentados no fluxo de caixa das atividades de financiamento de acordo com a política da Administração.

c) Vencimentos (i)

Ano	Controladora e Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
2024	-	259.713	-	-	-	259.713
2025	-	-	-	-	-	-
2026	-	-	-	-	-	-
2027	-	-	-	-	-	-
2028	-	-	30.550	-	30.550	-
2029	-	-	30.550	-	30.550	-
2030	-	-	30.550	-	30.550	-
2031	-	-	30.550	-	30.550	-
2032	-	-	30.550	-	30.550	-
2033	-	-	30.550	-	30.550	-
2034	-	-	30.550	-	30.550	-
2035	-	-	7.637	-	7.637	-
	-	259.713	221.487	-	221.487	259.713

- (i) Os vencimentos apresentados correspondem aos fluxos de caixa contratuais e não incluem os efeitos dos custos com renegociação e do ajuste a valor presente (AVP).

d) Covenants

Em decorrência da homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, ocorrida em junho de 2026, os documentos da reestruturação estabelecem como covenant financeiro a razão Dívida Líquida/EBITDA (LTM), cujo limite contratual é de até 7,0 vezes. A apuração desse índice será realizada semestralmente, sendo a primeira efetuada com base nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2026.

20 Arrendamentos

Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos seus fluxos de pagamento à taxa incremental de desconto da Companhia, em contrapartida ao ativo de direito de uso.

As taxas (a.a.) utilizadas para o cálculo, estão conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	Contratos firmados a partir de 1º de julho de 2023	Contratos firmados a partir de 1º de julho de 2024
Contratos		
Veículos	16,86%	19,58%
Imóveis	15,87%	19,14%
Equipamentos	16,80%	23,93%

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2025	42.187	82.184
Novos contratos e adições (i)	2.618	20.655
Baixa*	-	(113)
Juros apropriados	1.506	4.994
Pagamentos de juros	(1.506)	(4.994)
Pagamentos realizados	(3.979)	(21.529)
Em 30 de junho de 2026	40.826	81.197
Circulante	35.233	61.282
Não circulante	5.593	19.915

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	63.772	119.451
Novos contratos e adições (i)	6.152	19.305
Baixas	(1.751)	(1.753)
Juros apropriados	1.785	5.742
Pagamentos de juros	(1.785)	(5.742)
Pagamentos realizados	(14.689)	(32.432)
Em 30 de junho de 2025	53.484	104.571
Circulante	47.363	77.060
Não circulante	6.121	27.511

- (i) As adições e baixas decorrem, essencialmente, de repactuações nos contratos de arrendamento existentes e, portanto, são consideradas como transações que não afetam caixa (vide nota explicativa 13).

Os créditos de PIS / COFINS sobre os valores a pagar pelos arrendamentos não foram deduzidos dos correspondentes ativos de direitos de uso. Por ocasião do pagamento das contraprestações dos contratos de arrendamento, os referidos créditos são reconhecidos em contrapartida das despesas de depreciação e despesas financeiras. A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS / COFINS a recuperar embutido na contraprestação vincendas de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

30/06/2026		Controladora		Consolidado	
Tipo de arrendador	Valor presente	Valor nominal	PIS / COFINS potencial	Valor presente	Valor nominal
Pessoa física	166	175	-	166	175
Pessoa jurídica	40.660	43.099	3.987	81.031	91.069
	40.826	43.274	3.987	81.197	91.244

31/12/2025		Controladora		Consolidado	
Tipo de arrendador	Valor presente	Valor nominal	PIS / COFINS potencial	Valor presente	Valor nominal
Pessoa física	302	327	-	302	327
Pessoa jurídica	41.885	45.405	4.200	81.882	91.120
	42.187	45.732	4.200	82.184	91.447

21 Obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Provisão de férias	6.514	6.576	17.044	17.745
Provisão para participação nos lucros	-	1.322	2	2.015
Ordenados e salários	3.034	2.203	9.147	7.733
INSS a pagar	8.054	1.810	14.750	9.557
Provisão de 13º salário	2.281	-	6.195	-
Encargos s/ provisão férias e 13º salário	2.139	1.406	7.465	3.803
FGTS a recolher	1.636	2.367	3.134	4.257
Outros	-	-	356	97
	23.658	15.684	58.093	45.207
Circulante	23.303	15.329	57.738	44.852
Não circulante	355	355	355	355

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

22 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
PIS/COFINS a recolher	72.962	73.997	153.623	147.560
ICMS a recolher	5.965	5.654	65.777	56.603
CPRB a recolher	33.889	30.598	71.769	61.785
Impostos retidos	35.217	47.661	88.217	85.527
ISS a recolher	1.659	1.597	2.963	3.416
IOF a recolher	4.487	4.354	13.356	8.517
Outros impostos a recolher	47	245	1.756	1.454
Total	154.226	164.106	397.461	364.862

23 Parcelamento de tributos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
PIS / COFINS/ CPRB e PERT (a)	32.271	14.732	99.335	80.848
ICMS (b)	70.335	70.573	149.974	147.836
	102.606	85.305	249.309	228.684
Circulante	23.602	19.243	72.827	68.110
Não circulante	79.004	66.062	176.482	160.574

- a) A Companhia apresenta saldo de parcelamentos de tributos federais da Controladora e de suas controladas no montante de R\$ 32.271 na Controladora e R\$ 99.335 no consolidado. Os tributos contemplados nos parcelamentos foram PIS, COFINS, INSS, CPRB, IRPJ, CSLL e impostos retidos.

- b) A Companhia realizou parcelamentos de tributos estaduais da Controladora e de suas controladas, totalizando um saldo remanescente de R\$ 70.335 na Controladora e R\$ 149.974 no consolidado. No período findo em 30 de junho de 2026, o saldo remanescente do montante parcelado nas controladas corresponde a: 1) R\$ 53.104 na Translovato, 2) R\$ 1.212 na Translag e 3) R\$ 25.323 na empresa Diálogo.

24 Contas a pagar por aquisição de controladas

a. Composição dos saldos a valor justo

	Controladora e consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Translovato (a)	-	15.335	15.586	-	15.586	15.335
Translag (b)	-	8.968	9.115	-	9.115	8.968
Diálogo (c)	-	22.249	22.614	-	22.614	22.249
Ajuste a valor presente (AVP)	-	-	(14.341)	-	(14.341)	-
	-	46.552	32.974	-	32.974	46.552

- (a) Valor composto por parcelas mensais vencidas em 2024, originalmente atualizadas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), apurada entre a data de fechamento da operação e as respectivas datas de vencimento. Em 30 de junho de 2026, essas obrigações encontram-se abrangidas pelo Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, homologado em junho de 2026, passando a observar os prazos e as condições de pagamento estabelecidos no Plano, com atualização monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 4,5% ao ano.
- (b) Valor referente à terceira parcela da aquisição da controlada Translag, originalmente atualizada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), apurada entre a data de fechamento da operação e a data prevista para pagamento. O montante foi retido como garantia das obrigações dos vendedores quanto à indenização à Companhia por Perdas Materializadas e Perdas Potenciais, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda. Em 30 de junho de 2026, essa obrigação encontra-se abrangida pelo Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, homologado em junho de 2026, passando a observar os prazos e as condições de pagamento estabelecidos no Plano, com atualização monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 4,5% ao ano.
- (c) Valor referente à terceira parcela da contraprestação contingente (earn-out), vencida em 2024, originalmente atualizada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), apurada entre a data de fechamento da operação e a data prevista para pagamento. Em 30 de junho de 2026, essa obrigação encontra-se abrangida pelo Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, homologado em junho de 2026, passando a observar os prazos e as condições de pagamento estabelecidos no Plano, com atualização monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 4,5% ao ano.

b. Vencimento das parcelas

Ano	Circulante		Não circulante		Total	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
2024	-	46.552	-	-	-	46.552
2025	-	-	-	-	-	-
2026	-	-	-	-	-	-
2027	-	-	-	-	-	-
2028	-	-	6.526	-	6.526	-
2029	-	-	6.526	-	6.526	-
2030	-	-	6.526	-	6.526	-
2031	-	-	6.526	-	6.526	-
2032	-	-	6.526	-	6.526	-
2033	-	-	6.526	-	6.526	-
2034	-	-	6.526	-	6.526	-
2035	-	-	1.633	-	1.633	-
	-	46.552	47.315	-	47.315	46.552

25 Outras contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamento de clientes (a)	17.478	20.087	20.532	22.714
Comissões a pagar (b)	6.228	5.896	6.228	5.896
Reembolsos diversos	2.869	2.869	2.869	2.869
Indenização de carga a pagar	5	-	4.297	3.268
Repom – limite (c)	-	-	1.187	10.426
Outras contas a pagar	1.632	1.633	2.432	2.085
Total	28.212	30.485	37.545	47.258
Circulante	28.212	29.763	37.545	46.536
Não circulante	-	722	-	722

- (a) Referem-se substancialmente ao valor presente de adiantamento de cliente recebido a ser compensado em parcelas mensais, vencíveis até 2028, com o produto da prestação de serviços ao referido cliente. Em adição à garantia de alienação fiduciária das máquinas adquiridas pela Companhia com os recursos do adiantamento, há requerimento de manutenção de certos indicadores financeiros a serem mantidos pela BBM e avaliados em bases trimestrais. Em 30 de junho de 2026 os indicadores encontram-se excedidos e, desta forma, o saldo do adiantamento foi reclassificado para o passivo circulante, atendendo a norma contábil.

Não obstante a reclassificação antes mencionada, a Administração entende que a liquidação do contrato ocorrerá ao longo da prestação dos serviços regulares, no prazo originalmente previsto, tendo em vista que não há interesse em efetivamente antecipar o vencimento, uma vez que isto prejudicaria os serviços de colheita florestal e, por consequência, o negócio de ambas as partes envolvidas. Cabe ainda salientar que não há risco de cross covenant dos contratos financeiros de debêntures e empréstimos da Companhia na medida em que este contrato não é uma obrigação financeira, e sim um acordo comercial;

- (b) Comissão referente a administração da carteira de clientes, gestão comercial e operacional do negócio no Uruguai;
- (c) Repom refere-se ao meio de pagamento eletrônico mandatário para o pagamento dos motoristas freteiros e agregados. O montante se refere ao saldo necessário para cobrir os saques efetuados pelos motoristas em suas contas no Repom.

26 Provisões para processos judiciais e Depósitos em garantia

a. Composição

	Controladora			Consolidado		
		Depósitos em garantia	Líquido		Depósitos em garantia	Líquido
30/06/2026	Provisão			Provisão		
Ações fiscais	5.682	-	5.682	20.278	-	20.278
Ações cíveis	1.131	-	1.131	1.496	-	1.496
Ações trabalhistas	32.278	6.321	25.957	41.609	9.021	32.588
	39.091	6.321	32.770	63.383	9.021	54.362

	Controladora			Consolidado		
		Depósitos em garantia	Líquido		Depósitos em garantia	Líquido
31/12/2025	Provisão			Provisão		
Ações fiscais	5.626	-	5.626	19.800	-	19.800
Ações cíveis	1.887	-	1.887	2.474	-	2.474
Ações trabalhistas	32.286	4.074	28.212	40.821	6.072	34.749
	39.799	4.074	35.725	63.095	6.072	57.023

b. Movimentação dos saldos

					Controladora
	31/12/2025	Adições	Pagamentos	Reversões	30/06/2026
Ações fiscais	5.626	56	-	-	5.682
Ações cíveis	1.887	773	(1.460)	(69)	1.131
Ações trabalhistas	32.286	3.527	(1.851)	(1.684)	32.278
	39.799	4.356	(3.311)	(1.753)	39.091

					Controladora
	31/12/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	30/06/2025
Ações fiscais	784	4.842	-	-	5.626
Ações cíveis	1.064	98	(6)	(11)	1.145
Ações trabalhistas	35.676	3.308	(1.875)	(1.825)	35.284
	37.524	8.248	(1.881)	(1.836)	42.055

					Consolidado
	31/12/2025	Adições	Pagamentos	Reversões	30/06/2026
Ações fiscais	19.800	478	-	-	20.278
Ações cíveis	2.474	798	(1.701)	(75)	1.496
Ações trabalhistas	40.821	6.800	(3.411)	(2.601)	41.609
	63.095	8.076	(5.112)	(2.676)	63.383

					Consolidado
	31/12/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	30/06/2025
Ações fiscais	8.607	10.275	-	(1.626)	17.256
Ações cíveis	1.635	162	(80)	(66)	1.651
Ações trabalhistas	48.149	5.562	(3.209)	(2.570)	47.932
	58.391	15.999	(3.289)	(4.262)	66.839

A Companhia e suas controladas são parte em ações de naturezas tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis, possíveis e remotas, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como possíveis em 30 de junho de 2026, na Controladora, para as quais não há provisão constituída é de R\$ 92.013 (R\$ 75.365 em 31 de dezembro de 2025) e no Consolidado R\$ 146.893 (R\$ 136.015 em 31 de dezembro de 2025). As naturezas das ações são as seguintes:

Tipo	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Tributária	1.016	1.016	8.254	8.480
Cível	21.806	11.031	27.264	26.046
Trabalhista	69.191	63.318	111.375	101.489
Total	92.013	75.365	146.893	136.015

Contingências trabalhistas

Consistem principalmente em verbas relacionadas a jornada de trabalho (horas extraordinárias e intervalos), adicionais e indenizações.

Contingências tributárias

Consistem, essencialmente, em questionamentos acerca de dívidas tributárias decorrentes direta ou indiretamente de uma ação cautelar fiscal ajuizada pela União Federal, por meio da qual pretende-se imputar à Companhia uma suposta responsabilidade por débitos tributários exigidos em antigas Execuções Fiscais, nas quais a Companhia não é parte.

Assim a Companhia está tomando todas as medidas necessárias em sua defesa, sendo que os assessores jurídicos classificam a chance de perda na cautelar fiscal como possível com tendência a remota.

Contingências cíveis

As contingências cíveis estão relacionadas, essencialmente, a ações indenizatórias decorrentes de acidente de trânsito e divergência contratuais pontuais.

27 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, até o limite de R\$ 800.000 mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de subscrição e integralização.

Em 30 de junho de 2026, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 40.760.818 ações (40.760.818 ações em 31 de dezembro de 2025), totalizando R\$ 102.490 (R\$ 102.490 em 31 de dezembro de 2025).

A participação dos acionistas no capital social da Companhia é assim demonstrada:

	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Acionistas	30/06/2026		31/12/2025	
Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia	26.739.595	65,60%	26.739.595	65,60%
Marcos Egídio Battistella	11.685.287	28,67%	11.685.287	28,67%
Juarez Luiz Nicolotti	2.335.936	5,73%	2.335.936	5,73%
	40.760.818	100%	40.760.818	100%

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O Estatuto Social vigente determina a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 32 do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404 / 76. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral poderá deliberar pela não distribuição do dividendo mínimo obrigatório.

28 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação e para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro (prejuízo) do período	103.215	(139.069)	103.215	(139.069)
Lucro (prejuízo) por ação básico:				
Média das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	40.760.818	40.760.818	40.760.818	40.760.818
Lucro (prejuízo) por ação básico (em R\$)	2,5322	(3,4118)	2,5322	(3,4118)
Lucro (prejuízo) por ação diluído:				
Média das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	40.760.818	40.760.818	40.760.818	40.760.818
Lucro (prejuízo) por ação diluído (em R\$)	2,5322	(3,4118)	2,5322	(3,4118)

29 Gerenciamento do capital

A política da Administração é a de manter uma estrutura de capital de forma a garantir o desenvolvimento sustentável do negócio e continuar a ter a confiança dos credores e do mercado.

A Administração, diante dos desafios já relatados na nota explicativa 3, não vem medindo esforços para manter o equilíbrio entre níveis de alavancagem e uma posição de capital adequado. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

30 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social correntes a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda a recuperar (i)	1.606	1.606	12.112	11.820
Contribuição social sobre o lucro líquido (i)	116	116	2.972	2.967
	1.722	1.722	15.084	14.787
Circulante	-	-	13.107	12.810
Não circulante (ii)	1.722	1.722	1.977	1.977

(i) O saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar é composto, substancialmente, por saldos negativos de IRPJ e CSLL. Dentre esses valores, destacam-se os créditos decorrentes da exclusão de créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL pela controlada Diálogo, relativos aos exercícios de 2018 a 2022, cujo saldo remanescente é de R\$ 4.184, e os saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados pela controlada Translovato, no montante de R\$ 8.458.

(ii) A parcela do imposto de renda e contribuição social a recuperar classificada no não circulante é originária da incorporação da Transeich Armazéns Gerais S.A. Estes valores estão passando por processo administrativo com o intuito de compensação com débitos da controladora. Os valores foram mantidos no ativo não circulante devido à incerteza do momento de disponibilidade para uso.

Incerteza sobre tratamentos fiscais

A Companhia reconheceu créditos com base em jurisprudência de matérias tributárias. Considerando as práticas de mercado e posições de consultorias e advogados sobre tais temas a administração decidiu pelo aproveitamento administrativo dado que considerou positiva a possibilidade de defesa administrativa ou judicial, classificada como possível.

b. Imposto de renda e a contribuição social correntes a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
IR/CSLL a recolher	1.489	1.443	3.280	2.989
	1.489	1.443	3.280	2.989

c. Imposto de renda e a contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Os saldos de imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo não circulante				
Prejuízos fiscais a compensar	273.646	267.446	356.863	336.167
Provisão contingências	13.291	13.532	21.550	21.452
Provisões para custos	3.857	5.517	9.477	11.385
Provisão para participação dos lucros	-	449	-	685
Provisão para comissões	2.117	2.005	2.117	2.005
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	843	514	1.506	1.234
Provisão para honorários advocatícios	381	91	2.181	1.617
Contratos de arrendamento	10.279	9.987	16.119	14.834
Provisões de encargos financeiros	5.852	14.747	7.597	19.625
Perda por impairment do imobilizado	4.900	6.871	4.936	6.941
Ajuste a valor presente (AVP) do Plano de RE aprovado	(67.583)	-	(70.781)	-
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos	(91.699)	(85.282)	(115.596)	(94.799)
Outras diferenças temporárias	139	107	2.358	2.218
	156.023	235.984	238.327	323.364
Passivo não circulante				
Intangível gerado em combinação de negócios	-	-	(2.533)	(3.013)
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	(13.330)	(13.694)	(10.695)	(11.158)
Outras diferenças temporárias	(1.312)	(1.312)	(1.312)	(1.312)
	(14.642)	(15.006)	(14.540)	(15.483)
Ativo fiscal diferido líquido	141.381	220.978	223.787	307.881

A movimentação do imposto diferido está apresentada da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
Ativo não circulante	Em 1º de janeiro de 2026	Reconhecido no resultado	Em 30 de junho de 2026	Em 1º de janeiro de 2026	Reconhecido no resultado	Em 30 de junho de 2026
Prejuízos fiscais a compensar	267.446	6.200	273.646	336.167	20.696	356.863
Provisão contingências	13.532	(241)	13.291	21.452	98	21.550
Provisões para custos	5.517	(1.660)	3.857	11.385	(1.908)	9.477
Provisão para participação dos lucros	449	(449)	-	685	(685)	-
Provisão para comissões	2.005	112	2.117	2.005	112	2.117
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	514	329	843	1.234	272	1.506
Provisão para honorários advocatícios	91	290	381	1.617	564	2.181
Contratos de arrendamento	9.987	292	10.279	14.834	1.285	16.119
Provisões de encargos financeiros	14.747	(8.895)	5.852	19.625	(12.028)	7.597
Perda por impairment do imobilizado	6.871	(1.971)	4.900	6.941	(2.005)	4.936
Ajuste a valor presente (AVP)	-	(67.583)	(67.583)	-	(70.781)	(70.781)
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos	(85.282)	(6.417)	(91.699)	(94.799)	(20.797)	(115.596)
Outras diferenças temporárias	107	32	139	2.218	140	2.358
	235.984	(79.961)	156.023	323.364	(85.037)	238.327
Passivo não circulante						
Intangível gerado em combinação de negócios	-	-	-	(3.013)	480	(2.533)
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	(13.694)	364	(13.330)	(11.158)	463	(10.695)
Outras diferenças temporárias	(1.312)	-	(1.312)	(1.312)	-	(1.312)
	(15.006)	364	(14.642)	(15.483)	943	(14.540)
Ativo fiscal diferido líquido	220.978	(79.597)	141.381	307.881	(84.094)	223.787

	Controladora			Consolidado		
	Em 1º de janeiro de 2025	Reconhecido no resultado	Em 30 de junho de 2025	Em 1º de janeiro de 2025	Reconhecido no resultado	Em 30 de junho de 2025
Ativo não circulante						
Prejuízos fiscais a compensar	234.367	32.042	266.409	273.996	49.973	323.969
Provisão contingências	12.758	1.541	14.299	19.853	2.872	22.725
Provisões para custos	10.552	(5.119)	5.433	19.240	(8.074)	11.166
Provisão para comissões	703	581	1.284	703	581	1.284
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	681	23	704	1.231	230	1.461
Provisão para honorários advocatícios	91	-	91	1.957	(741)	1.216
Contratos de arrendamento	9.047	409	9.456	13.043	1.011	14.054
Provisões de encargos financeiros	1.375	2.650	4.025	2.341	4.555	6.896
Perda por impairment do imobilizado	8.876	(2.793)	6.083	8.912	(2.794)	6.118
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos (i)	-	(32.042)	(32.042)	(6.952)	(50.466)	(57.418)
Outras diferenças temporárias	99	95	194	2.255	110	2.365
	278.549	(2.613)	275.936	336.579	(2.743)	333.836
Passivo não circulante						
Intangível gerado em combinação de negócios	-	-	-	(4.184)	601	(3.583)
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	(36.658)	(3.203)	(39.861)	(34.559)	(3.058)	(37.617)
Outras diferenças temporárias	(1.312)	-	(1.312)	(1.312)	-	(1.312)
	(37.970)	(3.203)	(41.173)	(40.055)	(2.457)	(42.512)
Ativo fiscal diferido líquido	240.579	(5.816)	234.763	296.524	(5.200)	291.324

(ii) Ver nota explicativa 1.1.

O Grupo reconhece créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias na medida em que entende ser provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização. No período findo em 30 de junho de 2026, não foram considerados créditos de impostos diferidos das controladas Transeich e Translag, em função da ausência de expectativa de consumo dos prejuízos fiscais.

A recuperabilidade desses créditos é revisada periodicamente pela Administração com base em projeções de resultados tributáveis futuros. No período findo em 30 de junho de 2026, a Administração revisou as premissas utilizadas nessa avaliação, incluindo os efeitos da reapresentação das informações comparativas do período findo em 30 de junho de 2025 descritas na nota explicativa 1.1. Como resultado dessa revisão e das projeções econômico-financeiras atualizadas, foi constituída provisão para redução ao valor recuperável sobre a parcela considerada não recuperável dos créditos tributários diferidos, incluindo valores relacionados às controladas Transeich e Translag.

A Administração considerou que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados quando as provisões e as demais diferenças temporárias se tornarem dedutíveis.

As projeções utilizadas para avaliação da recuperabilidade desses ativos contemplam, entre suas premissas, a potencial utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no âmbito da transação tributária atualmente em negociação junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) conforme descrito na nota explicativa 3. A proposta apresentada contempla, entre outros aspectos, a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas para liquidação parcial de débitos tributários, observadas as condições previstas na legislação aplicável. Considerando o estágio atual das tratativas e das análises conduzidas pela PGFN, a Administração mantém expectativa de conclusão do processo durante o exercício de 2026.

d. Reconciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	182.812	(133.253)	238.827	(66.619)	187.309	(133.708)	246.702	(69.300)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(62.156)	45.306	(81.201)	22.650	(63.685)	45.461	(83.879)	23.562
Adições/exclusões permanentes								
Resultado de equivalência patrimonial	(10.958)	(19.046)	(4.466)	(9.212)	-	-	-	-
Diferido não constituído em exercícios anteriores	(340)	-	(340)	-	(380)	-	(380)	-
Amortização mais valia de ativos	-	-	-	-	-	-	-	1.201
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos (i)	(6.417)	(32.042)	2.859	(16.232)	(20.796)	(50.466)	(8.520)	(24.589)
Outras adições/exclusões permanentes	274	(34)	313	(233)	767	(356)	2.069	(520)
Total do imposto de renda e contribuição social	(79.597)	(5.816)	(82.835)	(3.027)	(84.094)	(5.361)	(90.710)	(346)
Corrente	-	-	-	-	-	(161)	-	(161)
Diferido	(79.597)	(5.816)	(82.835)	(3.027)	(84.094)	(5.200)	(90.710)	(185)
	(79.597)	(5.816)	(82.835)	(3.027)	(84.094)	(5.361)	(90.710)	(346)

(i) Conforme descrito na nota explicativa 1.1, os valores comparativos de 30 de junho de 2025 foram reapresentados.

31 Receita líquida de vendas

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita bruta	251.286	357.499	133.541	183.099	749.416	776.264	397.483	400.350
Serviços de transporte florestais (i)	21.646	49.832	10.353	25.080	21.646	49.832	10.353	25.081
Serviços de transporte a dedicados industriais	74.138	114.089	38.296	58.864	74.138	114.089	38.296	58.863
Serviços de transporte de carga geral e fracionado	155.502	193.578	84.892	99.155	653.632	612.343	348.834	316.406
Deduções (ii)	(33.404)	(50.819)	(17.330)	(25.894)	(119.325)	(124.169)	(63.658)	(63.746)
Serviços de transporte florestais (i)	(3.273)	(7.235)	(1.568)	(3.606)	(3.273)	(7.235)	(1.568)	(3.607)
Serviços de transporte a dedicados industriais	(10.861)	(18.525)	(5.696)	(9.537)	(10.861)	(18.525)	(5.696)	(9.537)
Serviços de transporte de carga geral e fracionado	(19.270)	(25.059)	(10.066)	(12.751)	(105.191)	(98.409)	(56.394)	(50.602)
Total da receita líquida de vendas	217.882	306.680	116.211	157.205	630.091	652.095	333.825	336.604

- (i) A redução da receita do segmento de transporte florestal decorre, principalmente, da descontinuidade e renegociação de determinados contratos com rentabilidade abaixo do esperado, em linha com as medidas de reestruturação operacional e financeira implementadas pela Administração ao longo do exercício.
- (ii) As deduções da receita compreendem os valores de cancelamentos de fretes e os tributos incidentes sobre a receita bruta, tais como: PIS, COFINS, ICMS, CPRB, ISS e IVA.

Maiores detalhes sobre receitas estão apresentados na nota explicativa 38.

32 Custos e Despesas por natureza

a. Custos

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Contrato de transporte - frete	122.279	149.610	66.912	76.519	358.622	328.227	198.535	174.345
Salários e adicionais	29.628	51.991	15.746	26.875	99.496	119.255	52.369	61.499
Consumo de combustíveis	12.470	19.990	6.848	9.314	17.424	25.609	9.359	11.597
Manutenção e conservação	6.367	15.411	2.470	7.709	15.432	31.165	5.449	12.699
Depreciações e amortizações	4.471	6.291	2.223	3.084	5.766	7.664	2.826	3.770
Encargos sociais	5.430	9.214	2.700	4.594	18.874	21.050	9.560	10.462
Depreciação de ativos de direito de uso (a)	9.057	16.214	4.250	7.828	27.166	33.795	12.606	16.698
Consumo de pneus	1.248	4.764	691	2.046	3.268	7.097	1.721	3.235
Serviços de terceiros	5.692	6.784	2.870	3.919	11.349	12.824	6.581	7.136
Viagens	1.927	4.076	1.033	2.205	2.195	5.559	674	2.995
Serviços de rastreamento	1.784	2.229	780	1.146	5.403	5.882	2.608	3.007
Seguros	2.283	3.110	1.084	1.126	5.136	7.093	(831)	3.643
Impostos e taxas	571	903	368	556	2.141	2.458	1.062	1.463
Pedágios	64	390	35	23	7.346	6.119	3.839	2.982
Outros	3.255	2.701	1.129	1.358	11.973	9.474	7.014	5.173
	206.526	293.678	109.139	148.302	591.591	623.271	313.372	320.704

- a) Valores de depreciações estão líquidos dos créditos de PIS e COFINS nos montantes de R\$ 864 (R\$ 1.799 em 30 de junho de 2025) na Controladora e R\$ 2.847 (R\$ 3.577 em 30 de junho de 2025) no Consolidado.

b. Despesas

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Salários e adicionais	5.539	4.624	2.919	2.576	33.201	25.487	17.560	13.428
Serviços de terceiros	7.067	9.679	3.541	5.727	12.114	11.339	6.095	6.794
Manutenção e conservação	763	1.124	542	542	858	1.143	567	504
Impostos e taxas	1.326	53	1.292	8	1.365	98	1.315	37
Depreciações e amortizações	3.731	4.217	1.852	2.157	7.922	8.445	3.992	4.263
Viagens	613	555	297	307	1.651	1.124	923	666
Depreciação de ativos de direito de uso	576	809	216	405	576	809	215	405
Provisão para contingências trabalhistas	61	4.871	5	2.968	671	8.564	1.233	4.704
Seguros	521	548	238	332	841	604	375	376
Outros	934	247	570	162	2.072	533	1.162	430
	21.131	26.727	11.472	15.184	61.271	58.146	33.437	31.607
Despesas administrativas	19.136	23.441	10.464	13.844	37.425	38.069	19.725	20.560
Despesas de vendas	1.995	3.286	1.008	1.340	23.846	20.077	13.712	11.047
	21.131	26.727	11.472	15.184	61.271	58.146	33.437	31.607

33 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas	19.442	22.180	9.345	15.175	39.246	33.742	23.673	20.390
Créditos tributários (a)	13.644	12.813	8.032	6.031	32.747	23.695	21.977	10.858
Venda de sucata	765	416	404	298	778	766	414	389
Venda de imobilizado	4.923	7.476	811	7.371	5.219	7.476	946	7.371
Outros	110	1.475	98	1.475	502	1.805	336	1.772
Despesas	(9.684)	(8.046)	(4.887)	(6.092)	(13.600)	(9.382)	(8.428)	(6.843)
Custo de venda de imobilizado	(9.961)	(14.601)	(3.771)	(14.527)	(10.180)	(14.672)	(3.985)	(14.539)
Bens de pequeno valor	(27)	(148)	(16)	(88)	(27)	(148)	(16)	(88)
Perda por impairment sobre ativo imobilizado	5.798	8.217	3.025	9.201	5.899	8.217	3.126	9.200
Provisão estoque obsoleto (b)	80	(50)	-	65	80	(50)	-	65
Despesa tributária e consultoria (c)	(4.341)	(1.227)	(3.545)	(612)	(7.693)	(2.225)	(6.651)	(1.221)
Outros	(1.233)	(237)	(580)	(131)	(1.679)	(504)	(902)	(260)
	9.758	14.134	4.458	9.083	25.646	24.360	15.245	13.547

(a) Ver nota explicativa 11;

(b) Ver nota explicativa 10;

(c) Valor referente a honorários advocatícios e despesas incorridas relacionadas aos créditos tributários.

34 Resultado financeiro líquido

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas financeiras								
Variações cambiais ativas	963	2.930	374	479	851	2.885	320	454
Receitas de aplicações financeiras	-	72	-	1	692	487	176	340
Descontos auferidos	43	114	13	84	673	281	527	203
Encargos de recebimentos em atraso	38	119	19	25	197	527	116	155
Atualização de créditos tributários	-	-	-	-	332	196	136	122
Reversão dos encargos financeiros – Empréstimos e financiamentos (Plano RE)	6.201	-	6.201	-	6.449	-	6.449	-
Reversão dos encargos financeiros – Contas a pagar por aquisição de controladas (Plano RE)	1.637	-	1.637	-	1.637	-	1.637	-
Reversão dos encargos financeiros – Debêntures (Plano RE)	62.563	-	62.563	-	62.563	-	62.563	-
Reversão dos encargos financeiros – Fornecedores (Plano RE)	17.440	-	17.440	-	27.852	-	27.852	-
Ajuste a valor presente sobre passivos remensurados (c)	198.774	-	198.774	-	208.181	-	208.181	-
	287.659	3.235	287.021	589	309.428	4.376	307.957	1.274
Despesas financeiras								
Juros de empréstimos, cessão de créditos com coobrigação e financiamentos (a)	(14.412)	(19.532)	(6.018)	(10.186)	(19.461)	(25.358)	(9.139)	(13.470)
Juros de arrendamentos (b)	(1.498)	(1.785)	(714)	(775)	(4.986)	(5.742)	(1.750)	(2.679)
Juros sobre aquisição de investidas (a)	(2.400)	(2.564)	(975)	(1.302)	(2.400)	(2.564)	(975)	(1.302)
Juros debêntures (a)	(24.337)	(15.710)	(10.776)	(7.987)	(24.337)	(15.710)	(10.776)	(7.987)
Variações cambiais passivas	(2.795)	(7.409)	(934)	(2.035)	(2.795)	(7.410)	(934)	(2.035)
Taxa administração de consórcios	(53)	(60)	(28)	(26)	4	(60)	23	(26)
Despesas bancárias	(1.997)	(2.471)	(1.090)	(1.631)	(7.156)	(6.183)	(3.905)	(3.604)
Juros de parcelamentos (d)	(13.338)	(2.775)	(5.105)	(1.596)	(20.605)	(13.129)	3.426	(6.816)
Encargos de pagamentos em atraso (a)	(8.143)	(24.580)	(7.956)	(15.896)	(37.892)	(49.945)	(36.999)	(27.677)
Descontos concedidos	-	164	-	164	(394)	146	7	146
Juros sobre cessão de créditos sem coobrigação	(378)	(1.939)	(153)	(271)	(1.599)	(4.060)	(828)	(945)
Outas despesas financeiras	(2.281)	(2.148)	(1.097)	(1.427)	(2.571)	(2.431)	(1.201)	(1.797)
	(71.632)	(80.809)	251.769	(42.968)	182.490	(132.446)	243.631	(68.192)
Resultado financeiro líquido	216.027	(77.574)	252.175	(42.379)	185.235	(128.070)	244.905	(66.918)

- a) Variação decorrente, principalmente, da reversão dos encargos financeiros sobre fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar por aquisição de empresas, em razão da aplicação das condições financeiras previstas no Plano de Recuperação Extrajudicial.
- b) Juros de arrendamentos estão líquidos dos créditos de PIS e COFINS na controladora no valor de R\$ 8 (R\$ 57 em 30 de junho de 2025) e no consolidado R\$ 8 (R\$ 235 em 30 de junho de 2025).
- c) Valor referente ao ajuste a valor presente (AVP) reconhecido sobre fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar por aquisição de empresas, em decorrência da remensuração desses passivos financeiros conforme as condições previstas no Plano de Recuperação Extrajudicial.
- d) Valor referente aos juros sobre os parcelamentos dos impostos.

35 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2026 relativos a operações com partes relacionadas, referem-se a contratos de mútuo da Companhia com suas controladas, como demonstrado abaixo:

(a) Ativos e Passivos

	Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante		
Contas a receber - Translovato	21.085	3.889
Contas a receber - Translag	1.968	1.470
Contas a receber - Diálogo	7.433	2.178
Contas a receber - Transeich Assessoria	33	27
	30.519	7.564
Passivo circulante		
Contas a pagar - Translovato	3.178	619
Contas a pagar - Translag	1	1
Contas a pagar - Diálogo	96	18
	3.275	638
Passivo circulante		
Mútuo - Translovato Transportes	159.393	139.691
Mútuo - Translag transportes	5.723	5.736
Mútuo - Diálogo Logística	25.707	13.175
Mútuo - Transeich Assessoria e Transportes	126.172	110.236
	316.995	268.838

Os contratos de mútuo em aberto com partes relacionadas foram precificados em comum acordo entre as partes sem a incidência de juros, e devem ser liquidados até 31 de dezembro de 2026, conforme contratos firmados entre as partes. Nenhum dos contratos possui garantias.

(b) Receitas e despesas

	Controladora			
	Receita venda de serviços	Custos fretes e combustível	Despesas serviços administrativos (i)	Total
Em 30 de junho de 2026				
Transeich Assessoria e Transportes	-	-	7	7
Transportes Translovato	1.500	(1.864)	11.444	11.080
Translag Transportes	1.392	-	22	1.414
Diálogo Logística	-	-	8.471	8.471
	2.892	(1.864)	19.944	20.972
Em 30 de junho de 2025				
Transeich Assessoria e Transportes	-	-	9	9
Transportes Translovato	1.508	(1.845)	9.973	9.636
Translag Transportes	5.419	-	110	5.529
Diálogo Logística	-	-	3.569	3.569
	6.927	(1.845)	13.661	18.743

- (i) Refere-se a alocação de gastos administrativos incorridos pela Controladora de responsabilidade das Controladas.

As transações com partes relacionadas acima apresentadas foram realizadas em condições normais de mercado, considerando a ausência de risco de crédito entre as mesmas.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria e Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração no período findo em 30 de junho de 2026 foram de R\$ 2.036 (R\$ 2.165 em 30 de junho de 2025).

Os contratos dos diretores da Companhia preveem que, em caso de ocorrência de um evento de liquidez, eles farão jus ao recebimento de uma remuneração de incentivo baseada na valorização da Companhia.

Em 30 de junho de 2026, a Administração revisou os contratos e concluiu que nesse momento não há previsibilidade para um evento de liquidez e, consequentemente não há saldo a provisionar.

36 Transações que não envolvem caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, foram apresentadas pelo método indireto.

As transações que não envolveram caixa, e portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes:

- 1) Em 30 de junho de 2026 foram incorporados os direitos de uso de arrendamento no valor de R\$ 2.618 (R\$ 6.152 em 30 de junho de 2025) na Controladora e R\$ 20.655 (R\$ 19.305 em 30 de junho de 2025) no Consolidado.
- 2) Em 30 de junho de 2026 foram adquiridos ativos imobilizados, e que as parcelas estão em aberto em fornecedores a pagar no valor de R\$ 1.045 (R\$ 502 em 30 de junho de 2025) na Controladora e no Consolidado.

37 Instrumentos financeiros

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026		30/06/2026	
	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.556	1.556	9.536	9.536
Outros ativos financeiros	6.801	6.801	7.250	7.250
Contas a receber de clientes (i)	110.460	142.887	149.216	220.073
Passivos				
Fornecedores	83.198	83.198	179.595	179.595
Empréstimos e financiamentos	149.025	181.452	166.862	237.719
Debêntures	133.305	221.487	133.305	221.487
Arrendamentos	40.826	40.826	81.197	81.197
Contas a pagar por aquisição de controladas	32.974	32.974	32.974	32.974
Mútuo com partes relacionadas – Passivo	316.995	316.995	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	3.048	3.048	38.117	38.117
Outros ativos financeiros	6.877	6.877	7.326	7.326
Contas a receber de clientes (i)	87.521	103.905	142.346	177.386
Passivos				
Fornecedores	105.323	105.323	212.082	212.082
Empréstimos e financiamentos	243.714	260.098	250.547	285.587
Debêntures	256.620	259.713	256.620	259.713
Arrendamentos	42.187	42.187	82.184	82.184
Contas a pagar por aquisição de controladas	46.552	46.552	46.552	46.552
Mútuo com partes relacionadas – Passivo	268.838	268.838	-	-

- (i) Apresentado líquido das antecipações de títulos do contas a receber. A Companhia realizou transações de cessão de créditos com coobrigação (nota explicativa 18), em que transfere a propriedade dos títulos de contas a receber de clientes para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor por antecipação, descontado dos juros da transação.

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado representam uma aproximação razoável dos respectivos valores justos em 30 de junho de 2026, considerando a natureza desses instrumentos financeiros. Para fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar por aquisição de controladas, essa avaliação considera os efeitos da remensuração decorrente da homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, conforme descrito nas notas explicativas 17, 18, 19 e 24

Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Os serviços vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em reais.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros.

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras e obrigações atreladas à taxa CDI e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorrem de financiamentos de longo prazo. Os financiamentos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, por consequência minimizando o risco.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia e suas controladas avaliam a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 9.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e suas controladas no prazo e sem custo adicional.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

Abaixo a previsão de pagamentos considerando os respectivos encargos nas parcelas futuras:

						Controladora
	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total	Valor contábil
Em 30 de junho de 2026						
Empréstimos e financiamentos	42.266	37.729	130.587	128.302	338.884	181.452
Debêntures	-	32.710	128.258	126.667	287.635	133.305
Arrendamentos	37.034	4.785	1.455	-	43.274	40.826
Fornecedores	80.068	31.933	-	11.402	123.403	83.198
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	-	47.315	47.315	32.974
Total	159.368	107.157	260.300	313.686	840.511	471.755
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos e financiamentos	283.607	-	-	-	283.607	260.098
Debêntures	286.260	-	-	-	286.260	256.620
Arrendamentos	37.618	5.413	2.701	-	45.732	42.187
Fornecedores	105.323	-	-	-	105.323	105.323
Contas a pagar por aquisição de controladas	46.552	-	-	-	46.552	46.552
Total	759.360	5.413	2.701	-	767.474	710.780
						Consolidado
	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total	Total
Em 30 de junho de 2026						
Empréstimos e financiamentos	99.433	38.068	131.906	129.755	399.162	237.719
Debêntures	-	32.710	128.258	126.667	287.635	133.305
Arrendamentos	64.236	18.056	9.155	-	91.447	81.197
Fornecedores	119.780	52.971	-	19.732	192.483	179.595
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	-	47.315	47.315	32.974
Total	283.449	141.805	269.319	323.469	1.018.042	664.790
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos e financiamentos	306.595	-	-	-	306.595	285.587
Debêntures	255.017	-	-	-	255.017	256.620
Arrendamentos	88.103	51.907	8.681	-	148.691	82.184
Fornecedores	206.309	-	-	-	206.309	212.082
Contas a pagar por aquisição de controladas	41.260	-	-	-	41.260	46.552
Total	897.284	51.907	8.681	-	957.872	883.025

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, a concentração das obrigações financeiras na faixa de vencimento inferior a 12 meses refletia os vencimentos originalmente pactuados. Com a homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, em junho de 2026, parcela substancial dessas obrigações passou a observar novos prazos, atualização monetária e encargos financeiros previstos no Plano para os credores sujeitos à reestruturação financeira. Consequentemente, os saldos contábeis em 30 de junho de 2026 refletem os efeitos dessa reestruturação, incluindo a remensuração das obrigações, o reconhecimento do ajuste a valor presente (AVP) e a correspondente reclassificação entre os passivos circulante e não circulante.

Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A Companhia e suas controladas possuíam ativos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Dólares norte- americanos	Reais (*)	Dólares norte- americanos	Reais (**)
Ativo				
Contas a receber de clientes	7.052	36.501	5.169	28.438
Passivo				
Comissões a pagar	(1.203)	(6.228)	(1.072)	(5.896)
Exposição líquida	5.849	30.273	4.097	22.542

(*) Considera a taxa de 5,176 cotada em 30/06/2026.

(**) Considera a taxa de 5,5018 cotada em 31/12/2025.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente do valor justo demonstrado no primeiro quadro desta nota, que foram apurados considerando-se o nível 2 em sua mensuração.

Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber e outras contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).

Empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar por aquisição de controladas e outras contas a pagar – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante.

Os créditos e débitos com mútuos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações que foram contraídos entre a Companhia e suas partes relacionadas, oriundas principalmente de operações de empréstimos de mútuo. São classificados como ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado.

Análise de sensibilidade

Risco de taxa de câmbio

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real, contra o USD alteraria a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras. Assim, a exposição a riscos de taxa de câmbio é considerada baixa e esperada para não ter efeito relevante sobre o resultado da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

	Taxa de Fechamento (R\$/US\$)	Exposição Líquida (US\$)	Resultado do período		Controladora e Consolidado Patrimônio líquido, líquido de impostos	
			Valorização (R\$)	Desvalorização (R\$)	Valorização (R\$)	Desvalorização (R\$)
Em 30 de junho de 2026	5,176	5.849	3.027	(3.027)	1.998	(1.998)
Em 31 de dezembro de 2025	5,5018	4.097	2.254	(2.254)	1.488	(1.488)

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e contas a pagar da Companhia e suas controladas, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.

No quadro abaixo são considerados três cenários, sendo que o Cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data destas informações financeiras.

Para Cenário I foi considerado um aumento de 25% na taxa CDI para as aplicações, empréstimos e financiamentos e contas a pagar e para o Cenário II um aumento de 50%. A taxa base utilizada para o cenário provável foi de 14,25%, conforme Ata da 279ª reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil de 17 de junho de 2026.

30/06/2026				Consolidado		
Exposição	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI		547	78	97	117
Fornecedores	CDI		(109.473)	(23.469)	(29.336)	(36.670)
Capital de giro	CDI		(253.035)	(36.082)	(44.871)	(54.123)
Cessão de créditos	CDI		(70.857)	(10.104)	(12.565)	(15.156)
Debêntures	CDI		(221.487)	(31.583)	(39.277)	(47.375)
Parcelamento de tributos	CDI		(249.309)	(35.527)	(44.408)	(53.290)
Contas a pagar por aquisição de controlada	CDI		(32.974)	(4.702)	(5.847)	(7.053)
			(936.588)	(141.389)	(176.207)	(213.550)
Impacto no resultado		Aumento líquido			(34.818)	(72.161)

31/12/2025				Consolidado		
Exposição	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI		3.752	563	704	844
Fornecedores	CDI		(109.140)	(33.648)	(42.060)	(52.575)
Capital de giro	CDI		(250.547)	(37.595)	(47.011)	(56.360)
Cessão de créditos	CDI		(35.040)	(5.258)	(6.575)	(7.882)
Debêntures	CDI		(259.713)	(38.970)	(48.731)	(58.422)
Parcelamento de tributos	CDI		(228.684)	(34.303)	(42.878)	(51.454)
Contas a pagar por aquisição de controlada	CDI		(46.552)	(6.985)	(8.735)	(10.472)
			(925.924)	(156.196)	(195.286)	(236.321)
Impacto no resultado		Aumento líquido			(39.090)	(80.125)

38 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- (i) Que podem obter receitas e incorrer em despesas;
- (ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho;
- (iii) Para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Diretor executivo de operações. Foram identificados dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações os quais são gerenciados separadamente por meio de relatórios que suportam a tomada de decisão. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas na nota explicativa 5.

Dedicados: prestação e serviços de transporte rodoviário de cargas utilizando principalmente veículos e equipamentos próprios alocados para o atendimento de clientes específicos, por meio de contratos com prazos de 3 a 6 anos, com abrangência nacional e em diferentes setores como o de gases do ar, florestal, agronegócio, químicos, etc.

TM (*Transportation Management*): prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas em geral para clientes de setores diversos e de atuação nacional e internacional (Mercosul), nas modalidades Lotação, Fracionado e Internacional, utilizando preponderantemente veículos agregados e terceiros subcontratados.

Período findo em 30 de junho de 2026

	Dedicados	TM	Total Segmentos	Corporativo	Consolidado
Receita líquida	81.650	548.441	630.091	-	630.091
Custo dos serviços prestados	(78.655)	(512.936)	(591.591)	-	(591.591)
Lucro bruto	2.995	35.505	38.500	-	38.500
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	-	-	-	(37.425)	(37.425)
Despesas com vendas	(2.457)	(17.373)	(19.830)	(4.016)	(23.846)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	(7)	(794)	(801)	-	(801)
Outras receitas operacionais, líquidas	7.019	15.584	22.603	3.043	25.646
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	7.550	32.922	40.472	(38.398)	2.074
Despesas financeiras líquidas	-	-	-	185.235	185.235
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	(84.094)	(84.094)
Lucro do período	7.550	32.922	40.472	62.743	103.215
(+) Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	(185.235)	(185.235)
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	-	-	-	84.094	84.094
(+) Depreciação e amortização	9.304	25.570	34.874	6.556	41.430
EBITDA ajustado	16.854	58.492	75.346	(31.842)	43.504

Período findo em 30 de junho de 2025 (reapresentado)

	Dedicados	TM	Total Segmentos	Corporativo	Consolidado
Receita líquida	138.161	513.934	652.095	-	652.095
Custo dos serviços prestados	(142.210)	(481.061)	(623.271)	-	(623.271)
(Prejuízo) lucro bruto	(4.049)	32.873	28.824	-	28.824
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	-	-	-	(38.069)	(38.069)
Despesas com vendas	(3.521)	(12.410)	(15.931)	(4.146)	(20.077)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	(4)	(672)	(676)	-	(676)
Outras receitas operacionais, líquidas	8.875	11.490	20.365	3.995	24.360
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos					
	1.301	31.281	32.582	(38.220)	(5.638)
Despesas financeiras líquidas	-	-	-	(128.070)	(128.070)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	(5.361)	(5.361)
Lucro (prejuízo) do período	1.301	31.281	32.582	(171.651)	(139.069)
(+) Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	128.070	128.070
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	-	-	-	5.361	5.361
(+) Depreciação e amortização	18.310	24.493	42.803	7.911	50.714
EBITDA	19.611	55.774	75.385	(30.309)	45.076

Informação geográfica

Receita provenientes de clientes por país

	Consolidado	
País	30/06/2026	30/06/2025
Brasil	581.533	607.437
Exterior	48.558	44.658
Argentina	32.341	25.104
Chile	2.194	4.031
Paraguai	14	208
Uruguai	14.009	15.315
	630.091	652.095

Principais clientes

No período findo em 30 de junho de 2026, três clientes, com contratos de longo prazo, representaram 21,1% da receita líquida total da Companhia, somando aproximadamente R\$ 133 milhões. Os três clientes são do segmento TM, sendo o primeiro do E-Commerce (62,4%), o segundo do LTL (21,5%), e o terceiro (16,1%) possui parte da sua operação no FTL e parte no Internacional.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, três clientes, com contratos de longo prazo, representaram 18,76% da receita líquida total da Companhia, somando aproximadamente R\$ 146 milhões. Dois desses clientes é do segmento TM, sendo um do E-Commerce (42,8%) e um do LTL (22,7%), o outro (34,5%) possui parte da sua operação no segmento DCC F&A (59,0%) e parte no segmento TM - FTL (41,0%).

39 Demonstração de valor adicionado

Conforme requerimento da legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia e suas controladas na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia e suas controladas quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.
